



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JOYCE SANTOS

**TRAVESSIAS: ITINERÁRIOS DO TRABALHO DAS  
MULHERES IMIGRANTES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis  
2023

JOYCE SANTOS

**TRAVESSIAS: ITINERÁRIOS DO TRABALHO DAS  
MULHERES IMIGRANTES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Luiza Sabino de Souza

Florianópolis

2023

Santos, Joyce

Travessias : itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis / Joyce Santos ; orientadora, Cristiane Luiza Sabino de Souza, 2023.  
92 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. imigração. 3. racismo. 4. sexismo. 5. superexploração da força de trabalho. I. Souza, Cristiane Luiza Sabino de . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Joyce Santos

**TRAVESSIAS: ITINERÁRIOS DO TRABALHO DAS MULHERES IMIGRANTES NA  
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social.

Universidade Federal de Santa Catarina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



Coordenação do Curso

**Banca examinadora**



Prof.(a) Cristiane Luiza Sabino de Souza, Dr.(a)

Orientador(a)



Prof.(a) Heloísa Teles, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.(a) Karine de Souza Silva, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2023.

Esù é o caminho!  
Minhas ancestrais me encorajam a caminhar!  
Estamos em Travessia!

## AGRADECIMENTOS

ALUPÔ!

Gratidão a Bará (Esù) que abriu meus caminhos, me fez filha e me (re)conectou à saúde, alegria e prosperidade! Gratidão a minha ancestralidade, que me deu chão firme pra pisar! Laroyê, agô, Exu Odara! Senhor da alegria rara, dono do corpo que samba Mojuba ô, Elegbara!

Graças à orixalidade, ancestralidade e meus guias, este trabalho se tornou possível! Na destreza de Esù, estamos demarcando as encruzilhadas desta Universidade! Em Exú, eu vejo um amigo! E a única forma possível de escrever, ser e partilhar! Desta forma, negra como meus orixás, e confiante do caminho firme que me foi aberto, entrego esse ebó de conhecimento ao meu pai Bará e a todos aqueles e aquelas que em suas travessias, ficaram pelo caminho! Em coletivo, reconstruímos memória e renovamos o compromisso de não deixar que nossa história e nossos lutadores e lutadoras, sejam esquecidos (as)!

Este trabalho de conclusão de curso, também dedico a minha família materna e paterna! Caminho se faz andando, e graças a vocês hoje eu posso caminhar! A minha querida mãe, Dione Santos Pereira, que me faz querer ganhar o mundo, para em gratidão devolvê-la! Aos meus irmãos, que são meu maior tesouro na terra, bem como sobrinhos, primos, tios, avós e aqueles cujo grau de parentesco não se estabelece pelo sangue, mas pelo afeto que supera qualquer outro laço!

Em especial, agradeço a Angélica, Fabiano, Rafael, Anderson, Rodrigo, Leandro, Maitê, Pedro Henrique, Mateus, Suelen, Renata, Caique, os gêmeos que estão por vir, e aos muitos outros desta família que ainda virão ...

Também sou grata aos laços de amor que o Asè me proporcionou, sobretudo, aos dois grandes presentes de Odè que me cobrem de cuidado constante e me fazem lembrar que não estou sozinha neste mundo, minha mãe e meu padrinho, Débora Ebunifé e OdèMakindè.

Estendo este afeto aos meus irmãos do Asè de Odè, Rita Oyakamin, Lucas Ossuniori, Livinha e Camila! Sou grata ao caçador pela vida de vocês! Saúdo e referencio a toda egbé que me acolheu como filha, e me fez parte da mensagem de amor que carrega no nome: Ojisè Ifé! A todos, todas e todes que pertencem a este egbé amado, meus sinceros agradecimentos!

Agradeço aos meus amigos de Militância, Infância, Universidade e Terreiro que me fazem próspera de afeto e cuidado! Em especial, Chaiane, Mauricio, Dave, Felipe, Vanessa, Patrick, Ijikeji, Delolá, Omiyo, tia Jô, Diogo, Dani, Alícia, Duda, Mayara, Ogunayo, Cherry, Jhonatan, Fernanda, Fabiana, Amanda e tantos outros nomes que fazem parte da minha jornada. Não poderia deixar de agradecer a Luísa, pelos confrontos, incentivos e lágrimas, que fizeram/fazem parte da forma que temos encontrado de nos relacionar neste ambiente hostil que é a Universidade.

Também agradeço ao Coletivo Negro Magali da Silva Almeida, que me acolheu na Universidade e me apresentou e me inseriu no movimento negro desta ilha. Saúdo a todas as organizações comprometidas com a práxis negra libertadora e que são resistência neste território!

Agradeço ao Coletivo Veias Abertas pelas partilhas de conhecimento, em especial, a minha orientadora Cristiane Sabino de Souza que é uma das minhas referências de intelectuais negras, e que tenho a honra de ser contemporânea!

Da mesma forma, agradeço à professora Heloísa Telles, que faz parte dos bons encontros que a Universidade me proporcionou. Também agradeço ao Departamento de Serviço Social e à Universidade Federal de Santa Catarina, sobretudo ao reitor Irineu, que acreditou em mim nos momentos de maior dificuldade para continuação deste curso. Obrigada a todos os professores e professoras que fizeram parte desta jornada, não só do TCC, como também de toda a graduação.

Agradeço à Gerência de Políticas Para Igualdade Racial e Imigração do Estado de Santa Catarina -GIERI, pelo período de acolhida no estágio, em especial, a Regina Suenes, minha orientadora e amiga, que tanto me ensinou nessa jornada!

Também agradeço à Casa de Direitos que abriu as portas para realização do meu projeto de Intervenção, agradeço ao Serviço Jesuítas e a Cáritas, pela participação ativa neste processo. Em especial, agradeço a assistente social Tainá, que foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Também estendo enorme agradecimento a professora Karine Silva, que desde 2019 é para mim uma grande referência de intelectual negra e gigantesca nos estudos da migração! Agradeço da mesma forma, ao Comitê de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo nas pessoas de Latoya e Karoline, que no cotidiano tem me ensinado tantas coisas sobre o exercício profissional.

Por fim, agradeço imensamente as mulheres imigrantes que pude ouvir na realização do projeto que subsidiou e inspirou este trabalho! Agradeço e dedico este

TCC a todas as mulheres negras, imigrantes, trabalhadoras, Marias, Mahins, Marielles, Malês, que em suas travessias, carregam o peso do cuidado do mundo inteiro!

**JAMAIS SERÃO ESQUECIDAS!**



*Atravessei o mar  
Um sol da América do Sul me guia  
Trago uma mala de mão  
Dentro uma oração  
Um adeus  
Eu sou um corpo  
Um ser  
Um corpo só  
Tem cor, tem corte  
E a história do meu lugar  
Eu sou a minha própria embarcação  
Sou minha própria sorte!  
Luedji Luna: Um corpo no mundo.*

SANTOS, Joyce. **Travessias**: itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis. 2023. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

## RESUMO

O presente trabalho intitulado *Travessias: Itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis*, tem por objetivo analisar os relatos de mulheres imigrantes presentes no relatório do Projeto de Intervenção: *Itinerários do Trabalho: Inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho na Grande Florianópolis* a fim de evidenciar como as dinâmicas do racismo, sexismo, e da superexploração da força de trabalho, atravessam as vivências dessas mulheres. Dentre os objetivos específicos estão: 1) aprofundar os estudos sobre a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, tendo a migração, racismo e sexismo como categorias de análise; 2) visibilizar as narrativas das mulheres imigrantes que integraram o Projeto de Intervenção e fazer as mediações com categorias estudadas a partir do diálogo com a realidade concreta das pessoas que migram. Para tanto, recorreremos ao materialismo histórico-dialético, como perspectiva necessária para o entendimento da realidade a partir de suas múltiplas determinações, sendo este elemento essencial, para então, transformá-la. Nesta esteira, ao tomar a história como fio condutor das reflexões apresentadas neste trabalho, priorizamos uma leitura que transgride as narrativas que privilegiam os marcos dos vencedores, em detrimento dos considerados, vencidos. Desta forma, esse processo de estudo, foi fundamentado numa análise teórica crítica da realidade que dialoga com os sujeitos sociais que se movimentam e fazem história. Para tanto, a primeira etapa deste trabalho, deu-se por um estudo bibliográfico introdutório das obras dos autores que fazem mediações com o objeto estudado, para então possibilitar uma sistematização dos principais elementos e categorias teóricas que permeiam o tema e que fizeram parte das análises presentes neste Trabalho de Conclusão de Curso. Quanto aos relatos presentes no documento, foi realizada uma análise dos conteúdos e mediações com as categorias estudadas, por meio do subsídio da técnica de análise de conteúdo. Esse trabalho toma como horizonte teórico as contribuições da teoria marxista da dependência, sobretudo as elaborações de Marini (2000) a fim de pensar a superexploração da força de trabalho na periferia do capitalismo. Para o debate da migração, construiu-se o diálogo com Jean-Paul Gaudemar (1977), Célia Regina Vendramini (2018) e Karine de Souza Silva (2020) e Jaqueline Bertoldo (2018). Na sequência, às mediações teóricas que tomam o racismo e sexismo como estruturantes do mercado de trabalho brasileiro foram majoritariamente realizadas a partir de Clóvis Moura (2021), Lélia González (1981) e Cristiane Sabino (2022).

**Palavras-chave:** imigração, racismo, sexismo, superexploração da força de trabalho.

SANTOS, Joyce. **Crossings**: Itineraries of Immigrant Women's Work in Greater Florianópolis. 2023. 92 p. Undergraduate Thesis - Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

## ABSTRACT

The present work entitled "Crossings: Itineraries of Immigrant Women's Labor in Greater Florianópolis" aims to analyze the accounts of immigrant women presented in the Intervention Project Report: "Itineraries of Work: Integration of Immigrant Women into the Labor Market in Greater Florianópolis," in order to highlight how the dynamics of racism, sexism, and the super exploitation of labor intersect with the experiences of these women. The specific objectives are as follows: 1) to deepen the study of the super exploitation of labor in dependent capitalism, considering migration, racism, and sexism as categories of analysis; 2) to make visible the narratives of immigrant women who participated in the Intervention Project and to mediate them with the studied categories through a dialogue with the concrete reality of migrating individuals. To achieve this, we turn to historical-dialectical materialism as a necessary perspective for understanding reality based on its multiple determinations, considering it an essential element for transforming it. In this vein, by taking history as the guiding thread of the reflections presented in this work, we prioritize a reading that challenges narratives that privilege the perspectives of the winners at the expense of those considered defeated. Thus, this process of study is grounded in a critical theoretical analysis of reality that engages with the social subjects who move and make history. Therefore, the first stage of this work consisted of an introductory bibliographic study of the works of the authors who mediate the studied object, allowing for the systematization of the main elements and theoretical categories that permeate the topic and were part of the analyses presented in this Final Course Work. Regarding the accounts in the document, a content analysis was conducted, mediating them with the studied categories using the content analysis technique. This work takes as its theoretical horizon the contributions of the Marxist theory of dependency, especially the elaborations of Marini (2000), in order to think about the super exploitation of labor in the periphery of capitalism. For the discussion of migration, a dialogue was established with Jean-Paul Gaudemar (1977), Célia Regina Vendramini (2018), Karine de Souza Silva (2020), and Jaqueline Bertoldo (2018). Furthermore, the theoretical mediations that consider racism and sexism as structuring elements of the Brazilian labor market were mostly carried out based on the works of Clóvis Moura (2021), Lélia González (1981), and Cristiane Sabino (2022).

**Keywords:** immigration, racism, sexism, superexploitation of labor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| <b>Quadro 1</b> - Palavras extraídas dos relatos das trabalhadoras..... | 57 |
|---|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |  |
|----------------|--|
| <b>DEISO</b>   | Departamento de Estudos e Indicadores Sociais                        |
| <b>DIEESE</b>  | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos |
| <b>GEIRI</b>   | Gerência de Políticas Para Igualdade Racial e Imigração              |
| <b>IELA</b>    | Instituto de Estudos Latino-Americanos                               |
| <b>PNDH</b>    | Programa Nacional de Direitos Humanos                                |
| <b>OBMIGRA</b> | Observatório Anual da Imigração                                      |
| <b>OIM</b>     | Organização Mundial para as Migrações                                |
| <b>OIT</b>     | Organização Internacional do Trabalho                                |
| <b>SDS</b>     | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina     |
| <b>TCC</b>     | Trabalho de Conclusão de Curso                                       |
| <b>UFSC</b>    | Universidade Federal de Santa Catarina                               |
| <b>UnB</b>     | Universidade de Brasília   |

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>2</b> | <b>DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA PENSAR AS TRAVESSIAS DAS TRABALHADORAS IMIGRANTES .....</b>   | <b>24</b> |
| 2.1      | A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, BRANQUEAMENTO E MARGINALIZAÇÃO DO/A TRABALHADOR/A NEGRO/A .....                                       | 26        |
| 2.2      | A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA! RACISMO, SEXISMO E A SUPEREXPLORAÇÃO HIERARQUIZAM O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ..... | 31        |
| <b>3</b> | <b>MIGRAÇÃO .....</b>  | <b>38</b> |
| 3.1      | MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E TRABALHO .....  | 43        |
| 3.1.1    | <b>Migração, sexismo, racismo e superexploração .....</b>  | <b>45</b> |
| <b>4</b> | <b>ITINERÁRIOS DO TRABALHO DAS MULHERES IMIGRANTES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....</b>  | <b>49</b> |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>59</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>61</b> |
|          | <b>ANEXO.....</b>  | <b>66</b> |
|          | <b>ANEXO A - PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>   | <b>66</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Ao pensar na pobreza da humanidade mesmo diante de toda riqueza socialmente produzida, me pergunto como vivem os que não possuem terra para plantar, roupa para vestir e teto para se abrigar? Chego à conclusão, que parece que perdemos! Para Galeano (2010, p. 19): “Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos”. De certo, é cruel e desigual a vida para os que nada detém. O valor do ser, quando medido pelo ter, se esvai de sentido, e por isso, abriga-se nas incessantes buscas para suprimento das necessidades humanas que nunca deixam de chegar. Todo dia o “precisar comer” bate à porta, assim como o precisar vestir, morar, possuir, produzir e sentir. Nessa mesma lógica, mantém-se a realidade do nada ter.

Por isso, assim como Milton Santos, avalio que “as pessoas valem pouco onde estão e saem correndo em busca do valor que não têm”<sup>1</sup>. A mobilidade humana dentro da (des)ordem do capital, segue o fluxo (des)esperançoso da possibilidade de ter, para assim, existir. Isso é o que vende a rota do grande capital para continuidade de sua expansão! A partir disso, neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), discorro sobre os muitos caminhos percorridos por mulheres imigrantes que residem nas cidades da Grande Florianópolis, à procura de oportunidades de trabalho. Com o suporte da teoria crítica marxista, me desafio, a partir de uma perspectiva de totalidade histórica, analisar os relatos dessas mulheres, para além da necessidade imediata do trabalho, mas também realizando as mediações com a realidade brasileira. Para tal fim, utilizo como categorias centrais de análise: a superexploração da força de trabalho, racismo e sexismo.

A fim de dar sentido a este processo de escrita, considero importante destacar que esse TCC, é fruto de uma construção coletiva de muitas mãos, mentes e corações. Primeiro, de um anseio tímido e embrionário desta jovem pesquisadora natural do Rio de Janeiro, que migra para Florianópolis também à procura de trabalho. Por sorte, porém não por acaso, ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no segundo semestre de 2019, no curso de Serviço Social. Após esse

---

<sup>1</sup>Trecho da entrevista concedida à Revista VEJA, novembro de 1994.

ingresso, me percebi inquieta com a realidade que me atravessa, de ser filha, neta e bisneta de mulheres negras, trabalhadoras domésticas que migraram do Nordeste para o Sudeste do Brasil, movidas pela necessidade do trabalho e que, diferentemente de mim, nunca tiveram a oportunidade de estudar. O incômodo e o descontentamento com o real me fizeram recorrer à pesquisa, como uma forma de localizar historicamente essa revolta que não só me pertencia, mas também a todas que vieram antes de mim e foram privadas de ler, escrever e estudar. Por isso, assim como bell hooks: “cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura” (HOOKS, 1995, p. 83). Por isso, comprometida com minhas ancestrais, hoje leio, escrevo e estudo. Nestas páginas, não inicio um sonho, apenas dou continuidade. Assim como disse Conceição Evaristo, acredito que “O importante não é ser o primeiro ou a primeira, o importante é abrir caminhos”<sup>2</sup>. Desta forma, convicta de estar orgulhando as que me antecederam e abrindo caminhos para as que virão, me debruço sobre a árdua jornada da pesquisa.

Aprendi desde muito jovem a me cercar daqueles e daquelas que enxergam em mim possibilidades e potencialidades, que sozinha, eu jamais teria enxergado e desenvolvido. Certa disso, em 2020 procurei a professora Cristiane Sabino, no intuito de compartilhar o desejo de pesquisar sobre a inserção das mulheres negras no trabalho doméstico remunerado no Brasil. Deste bom encontro, surge minha primeira inserção na pesquisa através da iniciação científica, com a orientação da professora Cris. Como desdobramento, publicamos os textos: *Trabalho doméstico no Brasil e a Pandemia da Covid da covid19*(SOUZA; SANTOS, 2020a), *Trabalhadoras domésticas remuneradas no contexto da pandemia do Covid19: Superexploração e negação de direitos*(SANTOS; SOUZA, 2020) e *A dinâmica da superexploração, do sexismo e do racismo no trabalho doméstico remunerado no Brasil e a Covid 19*(SOUZA; SANTOS, 2020b), *“Trabalho Doméstico Remunerado no Brasil: análise das tendências teóricas sobre o tema”*(SOUZA; NASCIMENTO; SANTOS, 2023) e o *Trabalho Doméstico Remunerado no Brasil: elementos teóricos-metodológicos para um debate crítico*.(SOUZA; SANTOS, 2023) Também por meio da iniciação científica, me

---

<sup>2</sup> Citação feita durante uma entrevista para o programa "Roda Viva", sobre a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras.



aproximei do Coletivo Veias Abertas<sup>3</sup>, que desde então tem sido um dos principais espaços de construção e socialização de conhecimento, afeto, reflexões e boas trocas que integrei durante a graduação.

Nesta esteira, as discussões sobre racismo, trabalho e gênero, nortearam meus temas de pesquisa, desde o ingresso na Universidade. Já a temática da migração, me é apresentada a partir da entrada no campo de estágio na Gerência de Políticas Para Igualdade Racial e Imigração (GEIRI)<sup>4</sup>. Neste processo, por meio da inserção no campo e os diálogos com as disciplinas de supervisão acadêmica, realizadas durante os quatro semestres de estágio na GEIRI, surge o encantamento com a temática, a partir do contato com a realidade da população migrante<sup>5</sup> em Santa Catarina.

Neste contexto de descobertas, destaco outra bela contribuição desta jornada: o processo de supervisão acadêmica, que através dos encontros semanais me permitiram refletir e coletivizar dúvidas, angústias e questionamentos sobre a realidade da migração. Quanto a este período, a orientação da professora Heloísa Telles foi essencial, tanto para o encantamento com o tema, como também para as mediações necessárias com as dinâmicas do estágio e o encorajamento para dar continuidade aos estudos sobre migração, inclusive neste TCC. Por isso, como resultado dessas muitas mãos, mentes e corações pensantes, o meu Projeto de Intervenção<sup>6</sup>, teve como tema a relação entre a imigração de mulheres para Florianópolis e o mercado de trabalho.

---

<sup>3</sup>Como espaço político-acadêmico da área do Serviço Social – a reunir estudantes da graduação e pós-graduação, além de profissionais, militantes sociais e docentes – o Coletivo Veias Abertas tem como proposta articular e potencializar projetos de pesquisa e extensão, vinculados institucionalmente ao Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC), nos temas relacionados à questão social, trabalho e políticas públicas, sempre com uma mirada latino-americana. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/projeto/veias-abertas/> Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>4</sup> O Governo do Estado criou em 2019, por meio da Lei Complementar n°741, a Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes, vinculada à Diretoria de Direitos Humanos na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina (SDS). A Gerência tem como diretriz em conformidade com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)/2010, combater as desigualdades estruturais objetivando a igualdade e proteção dos direitos das populações negras, historicamente afetadas pela discriminação e outras formas de intolerância. Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/direitos-humanos/gerencia-de-politicas-para-igualdade-racial-e-imigrantes-geiri/politica-para-igualdade-racial-estadual> Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>5</sup>Emigrante, imigrante e migrante são conceitos relacionados, mas com focos diferentes. Enquanto um emigrante deixa seu país de origem e um imigrante chega a um novo país, um migrante é alguém que se desloca entre lugares

<sup>6</sup>Os projetos de intervenção são atividades realizadas em uma realidade que dialogue com o campo de estágio. A ação pode ser realizada nos campos da educação, assistência social, saúde e diversas áreas que têm como principal característica o envolvimento dos estagiários nos processos de intervenção.

Ao me questionar sobre porque as pessoas migram, seja interna ou internacionalmente, me recordei de Carolina Maria de Jesus, que em seu livro *Diário de Bitita* (2014), relata as muitas dificuldades para se encontrar trabalho quando se é marginalizado pela sociedade. Muito além da mobilidade, migração (interna e internacional), também diz respeito à expropriação dos meios de subsistência, deslocamento da força de trabalho, ampliação do exército industrial de reserva e também da superexploração dos trabalhadores (VENDRAMINI, 2018; MARINI, 2000). A experiência no campo de estágio me instigou a pensar na migração, sobretudo de mulheres racializadas para Florianópolis, mesmo diante de condições tão precárias de inserção e oportunidades. Cabe destacar, que reconheço que essas não são as únicas motivações que levam as pessoas a migrarem, no entanto, é o recorte que pretendo evidenciar neste trabalho, tendo em vista o interesse em aprofundar os estudos na temática da migração por esse viés.

Em consonância, com os estudos de Gaudemar (1977), compreende-se os movimentos migratórios como um dos processos de submissão do trabalho à ordem do capital. A partir desta leitura, a força de trabalho se movimenta como mercadoria especial<sup>7</sup> em direção aos fluxos estabelecidos pela própria dinâmica de reprodução do capitalismo para sua manutenção (VENDRAMINI, 2018).

Em síntese, com as metamorfoses do mundo do trabalho (ANTUNES, 2015), que são “promovidas pela internacionalização e desregulamentação dos mercados, aumento do exército industrial de reserva, exploração e precarização do trabalho” (ISMAEL; ROSALIN; NASCIMENTO, 2023, p. 368) os “dividendos” dessas transformações, recaem sobre os trabalhadores à medida que é da natureza do capitalismo para sua manutenção e sobrevivência, alimentar a miserabilidade em escalas globais, a partir da apropriação do trabalho não pago dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro.

Ao tomar como particularidade a América Latina, cujo papel primário-exportador na economia global, influencia diretamente nas trocas desiguais estabelecidas com os países do centro do capitalismo, a relação com a força de

---

<sup>7</sup> No *Capital*, Livro 1, Marx identifica a “força de trabalho” ou nossa capacidade de trabalho, como a “mercadoria especial” que o capitalista necessita para pôr o sistema em funcionamento e mantê-lo assim. Nossa força de trabalho, Marx nos diz, tem a “peculiar propriedade de ser uma fonte de valor” porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação de nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte da sua dominação. Sem a nossa força de trabalho, então, o sistema entraria em colapso.

trabalho, também será essencialmente subsidiada, pela superexploração dos trabalhadores (MARINI, 2000). Neste cenário é importante localizar que as migrações também são atravessadas pelo empobrecimento da classe trabalhadora, desemprego, baixos salários e precarização de todas as esferas da vida, sendo estes alguns dos motivos que levam milhares de trabalhadores e trabalhadoras a se movimentarem pelo globo, na tentativa de não sucumbir. Como aponta Antunes: “os enormes contingentes de imigrantes globais, em seus novos fluxos migratórios, ampliam ainda mais os bolsões de trabalhadores sobrando, descartáveis, subempregados e desempregados em escala planetária” (ANTUNES, 2018, p. 89).

Feito esta exposição inicial, apresento este trabalho que tem como título: ***Travessias: Itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis***, elaborado a partir da seguinte questão: “Quais as condições concretas da inserção das mulheres imigrantes da América Latina, no mercado de trabalho nas cidades da Grande Florianópolis?”<sup>8</sup> A partir desta questão norteadora, objetivo analisar os relatos de mulheres imigrantes presentes no relatório de um Projeto de Intervenção realizado no contexto do estágio obrigatório da autora e denominado: *Itinerários do Trabalho: Inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho na Grande Florianópolis*. Objetiva-se evidenciar a intrínseca relação das dinâmicas de migração, sexismo, racismo e superexploração da força de trabalho. Dentre os objetivos específicos estão: 1) aprofundar os estudos sobre a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, tendo a migração, racismo e sexismo como categorias de análise; 2) Visibilizar as narrativas das mulheres imigrantes que integraram o Projeto de Intervenção e fazer as mediações das categorias estudadas a partir do diálogo com a realidade concreta das pessoas que migram.

Justifica-se a relevância desta pesquisa pela possível contribuição que pode dar para a investigação dos fluxos migratórios internacionais como fruto do acirramento do cenário global da crise do capital e não apenas como um fenômeno isolado oriundo de escolhas individuais das pessoas que migram. Embora reconheçamos que é de suma importância estudar a relação da imigração com as políticas públicas, pensando como a vida das pessoas que migram para o Brasil são atravessadas pelos desmontes das políticas sociais, como diversos trabalhos

---

<sup>8</sup>Neste caso, nos referimos a São José, Biguaçu e Palhoça, sendo estes os municípios atendidos no local que subsidiou a realização do Projeto de Intervenção.

acadêmicos têm evidenciado, também consideramos basilar pensar a organização mundial do capital, que incide em crises climáticas, desemprego, extrema pobreza, guerras e conflitos ideológicos, que corroboram com a necessidade dos grandes fluxos migratórios. Por isso, ainda que de maneira muito embrionária, pretendo por meio deste trabalho, trazer contribuições teóricas, sobretudo à área do Serviço Social, quanto ao debate crítico da migração. Para além disso, destaco a relevância social deste debate, tendo em vista a direta relação de migração com os Direitos Humanos, inclusive, subsidiada pela constituição<sup>9</sup> brasileira que garante inviolabilidade do direito à vida a todas as pessoas que residem no Brasil.

## 1.1 MÉTODO E METODOLOGIA

Esse trabalho toma como horizonte teórico as contribuições da teoria marxista da dependência, sobretudo as elaborações de Marini (2000) a fim de pensar a superexploração da força de trabalho na periferia do capitalismo. Para o debate da migração, construiu-se o diálogo com Jean-Paul Gaudemar (1977), Célia Regina Vendramini (2018), Karine de Souza Silva (2020) e Jaqueline Bertoldo (2018). Na sequência, às mediações teóricas que tomam o racismo e sexismo como estruturantes do mercado de trabalho brasileiro foram majoritariamente realizadas a partir de Clóvis Moura (2021), Lélia González (1981) e Cristiane Sabino (2022).

Para tanto, recorreremos ao materialismo histórico-dialético, como perspectiva necessária para o entendimento da realidade a partir de suas múltiplas determinações, sendo este elemento essencial, para então, transformá-la. Nesta esteira, ao tomar a história como fio condutor das reflexões apresentadas neste trabalho, priorizamos uma leitura que transgrida as narrativas que privilegiam os marcos dos vencedores, em detrimento dos considerados, vencidos. Desta forma, esse processo de estudo, foi fundamentado numa análise teórica crítica da realidade que dialoga com os sujeitos sociais que se movimentam e fazem história.

Para isso, destaco a importância dada por bell hooks, a uma educação libertadora e que seja capaz de transgredir as arcaicas estruturas coloniais de pensar e fazer ciência sobre o outro, sem inseri-lo. Deste modo, além da verificação sobre a

---

<sup>9</sup> Constituição Federal, **Art. 5º**: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

temática da migração através das literaturas, será construído a partir da pesquisa documental, que tem por fonte os relatórios produzidos pelo projeto “itinerário do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis”. Esse foi um projeto de intervenção<sup>10</sup> realizado no contexto do estágio e que subsidia e inspira a construção desse TCC. Em síntese, espero dar continuidade à construção coletiva/participativa do conhecimento intelectual, que “antes de tudo "enaltece fundamentalmente a vida” (HOOKS, 1995, p.478). No percurso metodológico deste trabalho, optou-se pela abordagem qualitativa, que pode ser compreendida como:

parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. (CHIZZOTI, 1991, p.79).

Para tanto, a primeira etapa deste trabalho, deu-se por um estudo bibliográfico introdutório das obras dos autores que fazem mediações com o objeto estudado, para então possibilitar uma sistematização dos principais elementos e categorias teóricas que permeiam o tema e que fizeram parte das análises deste TCC. Em diálogo com Minayo (1993, p. 23), que aponta a pesquisa/estudo bibliográfico como “uma atividade

---

<sup>10</sup>O projeto de intervenção integra os componentes fundamentais do Estágio Obrigatório em Serviço Social, que visam garantir a qualidade do processo ensino aprendizagem durante a formação profissional do estudante. De acordo Lewgoy (2014, p. 62): “inventário, diário de campo, projetos de investigação e de intervenção, e relatório (descritivos, analíticos, condensados e semestrais)” constituem documentos pedagógicos essenciais para a formação crítica dos estudantes. O documento que subsidia este trabalho de conclusão de curso, é fruto do projeto de intervenção Itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis, que teve por objetivo criar um espaço de escuta para as trabalhadoras migrantes atendidas pela Casa de Direitos (espaço que funciona por meio de uma parceria entre a Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina e o Serviço Jesuítas e que presta apoio a migrantes e refugiados nas áreas relacionadas à regularização migratória, apoio psicossocial, acesso à direitos e políticas públicas, entre outras frentes), de modo que as mesmas possam ser protagonistas de suas narrativas e socializar suas experiências e expectativas acerca do Mercado de Trabalho, como também as principais dificuldades de inserção no mesmo. O projeto ocorreu em parceria com a Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigração do Estado de SC (GEIRI), a Casa de Direitos e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da colaboração de integrantes do Coletivo Veias Abertas. Destaca-se também a participação da equipe técnica (assistente social e psicóloga) do CRAS do Bairro Zanellato. O projeto foi operacionalizado por meio de três encontros com as trabalhadoras nas quais se discutiram os percursos das mesmas no mercado de trabalho brasileiro, dificuldades de inserção e demais dinâmicas da totalidade da vida que influem na relação com o trabalho (acesso à saúde, educação, moradia, alimentação, rede de apoio dentre outros). Ressalto que neste trabalho, não foi possível adentrar nas especificidades dos povos indígenas, que, após séculos de genocídio, etnocídio e memoricídio que também sofreram com o projeto colonial de extermínio dos povos não brancos, sobretudo nos países da América Latina, e por isso, também são diretamente impactados pelo racismo, juntamente com os negros, constituem parte dos povos que mais sofrem com as múltiplas violências e contradições do capital. Esta informação é importante, visto que os impactos do racismo, nos percursos de trabalho, fazem parte das análises realizadas neste projeto de intervenção.

de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota”, destaco a complexidade e riqueza de elementos que integram os debates acerca de migração, superexploração da força de trabalho, racismo e sexismo no Brasil, esta pesquisa está longe de ser esgotada/encerrada, na elaboração deste TCC. Na contramão disso, estes estudos introdutórios despertaram a necessidade e interesse desta estudante em continuar as investigações nesta temática, na pós-graduação.

Quanto à pesquisa documental, debruça-se sobre o relatório do citado projeto de intervenção, realizou-se uma análise dos conteúdos que pode ser compreendida como “um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento” (CAMPOS, 2004, p.611). Ou seja, objetiva construir diálogos e reflexões com os conteúdos apresentados no documento analisado, neste caso, a partir da mediação com as categorias estudadas. Esse relatório foi produzido a partir do conteúdo das relatorias dos encontros do projeto, que foram elaborados pela equipe de estudantes que acompanharam e registraram por escrito as rodas de conversa enquanto as mesmas ocorriam. Assim, as falas das participantes que foram sintetizadas a cada encontro e compõem o essencial do relatório. Importante frisar que não foi feita uma pesquisa de campo com a intenção de trabalhar diretamente as mulheres migrantes e trazer suas falas no TCC, sobretudo por uma questão de tempo e maturidade do projeto. No entanto, uma vez que as oficinas foram realizadas com supervisão técnica, as relatorias prezaram pelo sigilo e pela preservação de cada participante, além de terem contado com acompanhamento tanto da supervisora de estágio em campo, quanto da supervisora acadêmica, entendemos que a riqueza dos relatos advindos das rodas de conversa e sistematizados nos relatórios dos encontros e no relatório final do projeto de intervenção, dariam uma contribuição ímpar para a reflexão proposta neste TCC.

Para as rodas de conversa relatadas, a constituição do grupo se deu por seis mulheres, sendo três de nacionalidade venezuelana, e três de nacionalidade cubana. A motivação de um quantitativo reduzido, se deu, por se tratar de uma primeira aproximação da estudante com a mediação de grupo e pela priorização de fortalecimento de vínculo com as participantes, permitindo que nos encontros, todas fossem ouvidas com atenção e acolhimento. Cabe salientar, que das 6 (seis) mulheres ouvidas, 4 (quatro) são racializadas como não brancas.

No relatório, os nomes das participantes que aparecem nos relatos são fictícios, designados com a intenção de preservar sua identidade e em honra a força das

Yabás, cujo significado é mãe rainha e faz referências às Orixás Femininas na cosmogonia Africana, e em respeito a cada história que me foi confiada presto essa singela homenagem às participantes que demonstraram em seus relatos diversos atributos de força e resistência presentes nas histórias das grandes Yabás (SANTOS, 2023, p. 37).

A partir da análise do conteúdo do documento citado, verificou-se como as dinâmicas do racismo, sexismo e a superexploração da força de trabalho aparecem nas narrativas das mulheres imigrantes ouvidas no projeto de intervenção, a partir do documento produzido e que se encontra no anexo deste TCC.

A exposição deste trabalho foi organizada em três capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo, introduzo o tema e seus desdobramentos, no segundo, apresento as principais categorias que serão discutidas no trabalho, no terceiro apresento os relatos das mulheres presente no projeto de intervenção, objeto deste TCC e realizo a análise dos mesmos a partir das categorias apresentadas no capítulo anterior, e na sequência minhas conclusões, seguidas das referências bibliográficas.

## 2 DIÁLOGOS NECESSÁRIOS PARA PENSAR AS TRAVESSIAS DAS TRABALHADORAS IMIGRANTES

Neste capítulo, apresento uma breve síntese das principais categorias utilizadas ao longo deste trabalho e que serão subsídios para analisar os itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis. Para isto, apresento primeiramente o processo de Acumulação Primitiva e seu lastro de saqueio e dominação sobretudo, dos territórios formados por povos não brancos.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio e a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 821).

A partir das pistas deixadas por Marx, é possível assimilar a intrínseca relação do sistema colonial com a acumulação originária que fundou modo de produção capitalista<sup>11</sup> (SOUZA, 2020). Desta forma, na tentativa de reconstruir memória e narrar a história, fora dos marcos oficiais estabelecidos pelos colonizadores, destaco o *Colonialismo*, como processo violento de saqueio e dominação dos povos não brancos para acumulação de riquezas. Em sua obra, *Discurso sobre o Colonialismo*, Aimé Césaire desdobra como a Europa, em nome de um projeto de “civilização” estabeleceu um regime de exploração e dominação, que tem no saqueio de África, o seu grande triunfo. Para isso, foi estabelecido um antagonismo entre:

[...] colonizador e colonizado, em que só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas” (CÉSAIRE, 2010, p. 25)

Césaire (2010) escancara sua crítica à barbárie da civilização e da razão europeia no projeto colonial ao dizer que: “A Europa é indefensável”. Em sua

---

<sup>11</sup>A chamada Acumulação Primitiva é abordada no capítulo 24 do Livro 1, de *O Capital*. Segundo Marx, a origem do modo de produção capitalista não está ligada a uma pura e simples racionalização da divisão do trabalho social, mas sim a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, etc., que separou o produtor direto dos seus meios de produção e formou enormes massas de indigentes e desocupados, na verdade uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser comprada, o proletariado; por outro lado, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis propiciaram enormes oportunidades de enriquecimento para uma parcela da burguesia. Sendo assim, estes fenômenos históricos geraram as duas classes antagonistas da sociedade industrial capitalista, a burguesia e o proletariado.



interpretação sobre o nazismo, como um “projeto colonialista aplicado contra a própria Europa”. Césaire é cirúrgico ao denunciar que o que fez de Hitler um homem imperdoável não foi “o crime em si; o crime contra o homem, não foi a humilhação do homem em si, foi o crime contra o homem branco” (CÉSAIRE, 2010, p. 11). Em outras palavras, fica evidente o caráter racial para justificar a dominação dos povos não brancos além-mar.

Dito isso, a leitura desse processo, a partir dos sujeitos e territórios que foram subjugados, demonstram como a “espoliação não foi apenas de riquezas materiais e da força de trabalho de povos que foram escravizados e transformados em mercadoria [...], mas também negou a esses povos sua própria humanidade (SOUZA, 2020, p. 45). Com base nesses mesmos mecanismos, ampliaram-se as invasões e conquistas de outros territórios utilizando-se da mesma “nobre missão” de “propagação da fé cristã”. As vísceras do colonialismo se estendem ao território da América Latina cujas veias abertas, nunca tiveram seu sangue estancado (GALEANO, 2010, SOUZA, 2020).

A partir da dominação Europeia, e da expansão do Colonialismo para as Américas, também se destaca o escravismo colonial como essencial para o processo de acumulação primitiva, já que esse modo de produção, forjado no trabalho forçado de africanos sequestrados de África e povos originários da América Latina, foi o gerador de riquezas para as economias centrais, ao mesmo tempo que gerador de miséria para os países periféricos.

Moura (2021) traz o debate sobre as particularidades do Escravismo, enquanto um modo de produção e salienta a importância de abordar suas contradições e dinâmicas e não endossar a narrativa desse período apenas como um plano de fundo da história. Ao tomar como referência a realidade brasileira, o escravismo colonial é central na formação social do país e no papel econômico, cultural, social e político dos sujeitos que descendem daqueles que outrora foram escravizados, bem como de toda sociedade. É assertivo, a afirmativa de que do processo colonial, a única coisa que nasceu, foi a barbárie, brutalidade, miséria e racismo (CÉSAIRE, 2010, SOUZA, 2020).

## 2.1 A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO, BRANQUEAMENTO E MARGINALIZAÇÃO DO/A TRABALHADOR/A NEGRO/A

Ao tomar a imigração como parte central do objeto de estudo deste trabalho, é fundamental localizar que os processos migratórios fazem parte da formação sócio-histórica do Brasil e tem suas raízes alicerçadas no projeto colonial que objetivava o branqueamento da população brasileira, e o rebaixamento de negros e indígenas no mercado nascente de trabalho. A vinda de imigrantes, sobretudo europeus, para o Brasil até o século XIX, cumpriu um importante papel neste projeto racista e excludente sobre o qual se assenta o trabalho livre no Brasil.

Logo, olhar para o atual mercado de trabalho brasileiro, e pensar a inserção laboral das mulheres imigrantes, demanda minimamente compreender como esse mercado nasceu, se estruturou, quais os sujeitos foram selecionados como aptos para o trabalho, e quais mecanismos ideológicos e repressivos foram necessários para manter a hierarquização, racialização e superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira, da qual a população migrante passa a integrar.

Para isto, cabe demarcar que após a abolição, a população negra recém liberta, forma a massa de despossuídos que não tinham condições objetivas de inserção social. Moura (2021), sinaliza que parte desta não inserção se deu, pois no escravismo o sujeito escravizado circulava como mercadoria similar à que ele produzia, ou seja, totalmente estranhado da sua produção. Essas limitações criadas intencionalmente pelo sistema escravista, alienava o escravizado de reconhecer-se enquanto o principal agente capaz de elaborar valores e de contestar a estrutura daquele sistema.<sup>12</sup> O que reverberou, no construto imagético do ex-escravizado no pós abolição, como sujeito incapaz.

Outro aspecto destacado por Moura (2021), que esteve presente no escravismo e que posteriormente, influenciou a não inserção do negro no mercado de trabalho livre nascente, foi a desqualificação desta mão de obra no escravismo, já que o mesmo era visto como um mero objeto de fácil substituição. Após a finalização do “tempo de vida útil” do escravizado, ou seja, quando findava o período em que ele

---

<sup>12</sup> Cabe destacar, que isso não implicava em ausência de revoltas e insurgências, muito pelo contrário, tais mobilizações foram presentes desde que se estabeleceu a escravização. Mesmo com um caráter individual ou no máximo, grupal, as rebeliões negras foram fundamentais para tensionar o sistema e corroborar com sua superação

estivesse apto para o trabalho, era mais fácil comprar um novo escravo, assim, como se substitui uma peça de um maquinário desgastado. Logo, no mercado de trabalho livre, também se alegava que não seria possível aproveitar o trabalhador negro pela sua não capacitação.

Atrelado a estes fatores, a total ausência de políticas de integração do negro na sociedade de classes, consolidou a exclusão deste sujeito no pós-abolição. Desta forma, o negro que durante o escravismo ocupava o centro da atividade produtiva, no mercado de trabalho nascente, foi jogado às margens da produção (MOURA, 2021, p.46). A manutenção da propriedade da terra nas mãos das oligarquias corroborou com a impossibilidade de o africano recém-liberto conseguir verdadeiramente se emancipar, sem acesso à terra, trabalho e educação, a condição desta população “livre” era muito similar ao período em que estiveram escravizados. Neste processo, a utilização da mão de obra do trabalhador imigrante cumpriu um importante papel na subalternização social e laboral dos negros.

tudo que era novo, na sociedade nova, que se criava com o trabalho assalariado, foi suprido quase que exclusivamente pelo imigrante que chegava, como excedente populacional da Europa, aliviando tensões sociais no velho continente e vendendo, no Brasil, sua mão de obra como trabalhadores livre (MOURA, 2021, p. 47).

Com isso, o máximo que o negro conseguia nesta nova realidade de “homem livre” foi pressionar a parcela empregada de trabalhadores imigrantes a se manterem nas condições de baixos salários e sem muitas reivindicações, já que existia a latente ameaça de serem substituídos pelos negros. Obviamente, essa não era uma ameaça real, visto que o projeto de sociedade nascente, não enxergava o negro como trabalhador capaz de integrar as funções exercidas pelos imigrantes brancos, mas funcionava à medida que: “os trabalhadores estrangeiros aceitavam subjetivamente como força social de pressão” (MOURA, 2021, p. 49).

A partir disso, cabe pensar o que restou ao negro ex-escravizado quando o mercado de trabalho formal já não era uma opção? Para este restou o subemprego e o desemprego, assim como para as mulheres negras, o que restou foi trabalho desqualificado de doméstica, ou subemprego nas fábricas e até mesmo prostituição.

Nesta esteira, o trabalhador branco (imigrante) ganha destaque na adoção do trabalho pago. Cabe afirmar, que o objetivo das elites econômicas brasileiras, compostas pelos outrora senhores de escravos e donos de terra, sempre foi conservar a situação subalterna do negro. Noutras palavras, o processo de transição do

escravismo para o capitalismo dependente se deu sem mudanças estruturais na condição do negro que “se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes” (FERNANDES, 2008, p. 29). Enquanto liberto, além de não conseguir inserção digna de trabalho, também não teve nenhuma garantia reparatória do sistema que o escravizou.

Desta maneira, a adoção da mão de obra dos imigrantes europeus no processo de implementação do trabalho livre, também é acompanhada do construto discriminatório racial, que desejava legitimar uma superioridade branca, apoiada na narrativa de maior aptidão e qualificação dos imigrantes europeus para o trabalho, e não um projeto social e político de inserção dos recém-libertos. Silva (2021), expressa esta realidade ao demonstrar:

As políticas migratórias serviram para colocar em prática uma estrutura social infame baseada na raça, marcada pela segregação e opressão de corpos. As elites brasileiras utilizaram-nas para formular um arquétipo de nação civilizada calcada em ideais eurocêntricos hierarquizados que pressupunham a superioridade das pessoas brancas, e assim, construíram uma imagem extremamente pejorativa dos indivíduos marcados racialmente (SILVA, 2021, p.321).

Ou seja, o projeto de imobilização de negros e negras no mercado de trabalho, por meio da importação da mão de obra de imigrantes para ocupação dos postos de trabalho abertos com o fim do modo de produção escravista, imobilizou negras e negros no mercado assalariado, gerando então uma enorme massa de despossuídos e desempregados. Esses últimos são muito além de um exército de reserva, que por vezes, podem ocupar inserções temporário no mercado de trabalho (MOURA, 2021).

Em síntese, a sociedade que emerge a partir do capitalismo dependente e substitui o escravismo colonial, apresenta o negro como “um problema” apartado de uma raiz histórica, tornando-se meramente um questão de inaptidão e incapacidade de um sujeito flutuante (MOURA, 2021, p. 125).

Essa tentativa de esvaziamento da existência negra, objetiva caracterizá-lo como biologicamente inferior. Inclusive, desdobra-se no mercado de trabalho nascente, já que o negro liberto lida visceralmente com o desemprego e subempregos, enquanto os trabalhadores brancos, sobretudo imigrantes, são considerados aptos para o trabalho, e fundamentais para um modelo econômico já estruturado pelo imperialismo já que:

Necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. A primeira contradição é a fundamental e condiciona todas as outras. As classes dominantes do Império, que se transformaram de senhores de escravos em latifundiários, estabeleceram mecanismos controladores da luta de classes dessas camadas de ex-escravos. Mecanismos repressivos, ideológicos, econômicos e culturais visando acomodar os ex-escravos nos grandes espaços marginais de uma economia de capitalismo dependente. As classes dominantes necessitavam manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. Nesse processo o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado. Nenhuma tentativa se fez neste sentido, enquanto se vai buscar, em outros países, aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: O branco (MOURA, 2021, p. 133).

Em síntese, a formação sócio-histórica do Brasil apresenta dois processos que se retroalimentam: O modo de produção escravista e o capitalismo dependente, subordinado ao imperialismo (MOURA, 2021, p. 133). Mesmo após sua decomposição, o escravismo colonial deixou vestígios de sua existência que são constantemente recriados e dinamizados pelo capitalismo dependente, sobretudo, quando se trata dos corpos racializados. Desta forma, o mercado de trabalho brasileiro já nasce inflado, e estruturado pelo racismo, sexismo e pela superexploração da força de trabalho.

Para Marini (2000), a superexploração da força de trabalho é uma das principais características dos países da periferia do capitalismo, como o Brasil. Segundo Marini (1972/1981), a superexploração do trabalho corresponde a uma situação na qual os salários pagos aos trabalhadores são inferiores ao valor da força de trabalho, impedindo que essa classe se reproduza em suas condições normais. Sendo três mecanismos essenciais que incidem sobre os trabalhadores nessa condição de superexploração a) extensão da jornada de trabalho; b) intensificação do trabalho na mesma jornada; c) remuneração da força de trabalho abaixo do valor praticado nos países centrais do capitalismo (MARINI, 2000, p. 120).

Moura (2021) apresenta o racismo enquanto arma ideológica de dominação capitalista. Conforme já apresentado a construção simbólica do negro enquanto sujeito marginalizado e apartado de oportunidades no mercado de trabalho, foi um

projeto do capital, que corrobora com a hierarquização e racialização e por consequência rebaixamento da força de trabalho. Almeida (2019) nos explica que o racismo perpassa toda estrutura social e ultrapassa suas manifestações individuais. Nesta direção, Souza (2022) sintetiza que

O racismo está arraigado na propriedade privada da terra e dos meios de produção, na lógica mercantil da produção do valor mercadoria e toda a exploração, dominação e violência que esta requer. É nisso que se constitui a ideologia da hierarquia racial, a definição dos lugares sociais que podem ocupar, na estrutura de poder, os sujeitos cuja humanidade é rebaixada pela racialização (negros, indígenas), ou cuja humanidade é elevada e definida como superior (branco/europeu) (SOUZA, 2022, p. 17).

Neste mesmo diálogo, Almeida (2019) elabora uma discussão sobre como o racismo normaliza a superexploração da força de trabalho. Segundo o autor:

Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para reposição da força de trabalho, e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou a faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe (ALMEIDA, 2019, p. 172)

Vale lembrar que o principal legitimador da superexploração da força de trabalho é o Estado burguês, que atua como regulador das relações sociais, seja por meio da repressão, das revoltas e mobilizações da classe trabalhadora, como também pelas incessantes tentativas de desmobilização das lutas sociais. Acerca do Estado burguês, Osório (2014, p.21) acrescenta que: “o Estado sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais – o das classes dominantes – sobre os interesses das classes dominadas. O Estado capitalista é sempre um Estado de classes.”

Destarte, essa figura emblemática e contraditória que é o Estado, concentra em si essa dupla movimentação, que ora tenta apaziguar as massas, por meio de recursos que mal dão conta de repor a força de trabalho, ora age com violência e repressão contra as mobilizações dos trabalhadores.

O autor José Paulo Netto, em seu artigo *Capitalismo e barbárie contemporânea*, infere que a barbárie é a norma na ordem do capital. Ainda em diálogo com Netto (2012), se olharmos para os dados da realidade brasileira, veremos também que a barbárie também tem cor/etnia, gênero e território. À exemplo, as periferias brasileiras e a da militarização da vida, o controle e extermínio dos corpos considerados “perigosos”, a eliminação da população sobrando, que nem nos mais

precários tipos de trabalho conseguiram se inserir, que não cabem mais nos presídios já lotados de corpos pretos, e que agora, como política de legitimação da morte (já que o negro é a representação do perigoso), são alvos das balas perdidas (que sempre acham os corpos negros), do vírus que no Brasil matou primeiro a trabalhadora doméstica negra, que não teve acesso ao isolamento social, e também de fome, já que os ossos que foram descartados pelos açougues (ROCHA, 2023) durante a covid foram disputados entre o *bicho-homem* e o *bicho-animal*. De fato, a barbárie é a condição normal do capital, e o racismo, sexismo, e a superexploração da força de trabalho, selecionam as primeiras vítimas.

## 2.2 A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA! RACISMO, SEXISMO E A SUPEREXPLORAÇÃO HIERARQUIZAM O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Em seu artigo *A indissociabilidade entre racismo e a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*, Souza (2023) aborda como argumento o papel do racismo enquanto hierarquizador da força de trabalho. Nesta análise, a autora também apresenta a dominação patriarcal e o sexismo como dimensões das contradições das relações sociais capitalistas. Ou seja, a divisão social, sexual e racial do trabalho são importantes chaves para a compreensão da realidade brasileira.

Subsidiada por essa análise que tem o racismo e o sexismo como condições essenciais para o rebaixamento do valor da força de trabalho, na realidade da América Latina (SOUZA, 2023), pretendo me ater nesta elaboração sobre a forma que esses fenômenos influem no mercado de trabalho brasileiro desde a sua gênese até a contemporaneidade, tendo em vista que esses elementos serão basilares para pensar a inserção das mulheres imigrantes no mercado de trabalho. Netto (2012, p. 210) infere que “o chamado mercado de trabalho, vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho - a ordem do capital é hoje reconhecidamente a ordem do desemprego”.

A partir disso, ao tomar como referência o censo publicado em 1980 pelo Departamento de Estudos e Indicadores Sociais (DEISO), apresentado por Moura (1998) na obra intitulada “Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado

de trabalho”, que já demonstra uma divisão racializada do trabalho na qual as ocupações consideradas inferiores, ou seja, de menor prestígio social, estavam diretamente associadas a pessoas não brancas. Os negros, (aproximadamente 90%) apenas inseriam-se em ocupações manuais, com o menor nível de rendimento e necessidade de instrução. Nesse contexto, a questão da força de trabalho negra permanece confinada nos empregos de menor qualificação e pior remuneração. Atualmente, o cenário não teve tantas modificações, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

No segundo trimestre de 2022, mais de 30% do total dos ocupados se inseriram como assalariados com carteira. Entre o total de negras ocupadas, 31,5% tinham carteira assinada. Entre os homens negros ocupados, a proporção de trabalhadores formais era de 37,1%. Das ocupadas negras, 12,6% eram trabalhadoras domésticas sem carteira e 3,7% com carteira; 21,1%, trabalhadoras por conta própria; e 10,8%, assalariadas sem carteira. No total, quase metade (47,3%) das negras trabalhavam sem proteção. Entre os negros, 30,1% eram trabalhadores por conta própria e 18,1%, assalariados sem carteira (DIEESE, 2022, p.4).

Para uma parcela muito significativa da população brasileira, a não inserção no mercado de trabalho é uma realidade constante, como observa-se nos seguintes dados do DIEESE (2022):

Entre todos os segmentos populacionais, a proporção de negros em subocupação (São considerados subocupados por insuficiência de horas as pessoas que gostariam de ter jornada maior e têm disponibilidade para trabalhar mais, se houvesse oportunidade) no segundo trimestre de 2022 foi maior: 10,0% entre as negras ocupadas e 6,5%, entre os negros ocupados. Na mesma situação estavam 6,7% das mulheres não negras e 4,0% dos homens não negros. Podem ser somados aos subocupados os trabalhadores em situação de desalento (ou seja, aqueles que querem trabalhar e deixaram de procurar por falta de recurso financeiro ou por acreditar que não vão conseguir uma colocação) e os desocupados com busca ativa. Dessa forma, é obtida a taxa de subutilização da força de trabalho. No segundo trimestre de 2022, a taxa de subutilização foi a menor da série analisada (21,2%) e, no mesmo período de 2020, a maior (29,3%). No entanto, em 2020 e 2021, de cada 100 ocupadas negras, mais de 40 estavam subutilizadas. Em 2022, essa proporção ficou em 31,5%. São mulheres que querem e precisam trabalhar mais, mas não conseguem. Entre os homens negros, em 2020, a taxa ficou em 29,3%, maior do que a proporção de mulheres não negras subutilizadas (26,7%). Já no segundo trimestre de 2022, a proporção de mulheres não negras subutilizadas foi de 20,6% e a de homens negros ficou em 19,7%. Entre os homens não negros, a proporção caiu de 19,2%, no segundo trimestre de 2020, para 13,0% em 2022 (DIEESE, 2022, p. 7)

Os dados acima demonstram como o mercado de trabalho brasileira tem inferiorizado a força de trabalho da população negra, sobretudo, das mulheres. Neste trabalho, também interessa mostrar que esses dados não são frutos do acaso, e sim de um projeto, que desde a transição do modo de produção escravista para o



capitalismo dependente que conformou o trabalho livre no Brasil, tem como característica fundante uma divisão social, racial e sexual do trabalho, que configura a alocação subalterna dos negros, sobretudo das mulheres na esfera laboral.

Faz-se importante salientar, que estes mecanismos de hierarquização racial, sexismo e superexploração do trabalho, também organizam a vida dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes que chegam ao Brasil, principalmente as pessoas racializadas como não brancas oriundas de países periféricos. De acordo com o relatório do Observatório Anual da Imigração (OBMIGRA):

Os imigrantes de cor ou raça amarela, em maioria asiáticos, e branca, em maioria europeus e norte-americanos, receberam rendimentos muito superiores aos de cor ou raça preta, de origem centro-americana ou caribenha e africana em geral, e também parda, estes em grande parte originários da América do Sul. O exame das desigualdades entre os continentes dessa vez considerando a distribuição dos trabalhadores por faixas de salários-mínimos (SM) selecionadas indicou que a maioria absoluta dos sul-americanos (50,6%), centro-americanos e caribenhos (69,9%) e africanos (56,6%) situam-se na faixa correspondente a valores situados entre 1 e 2 SM. Já para norte-americanos (62,0%) e europeus (50,7%) a faixa predominante foi a mais alta (superior a 5 SM) (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p. 6).

Nesta esteira, a partir das análises de Souza (2023), Moura (2021), González (1981) é possível compreender a atuação do racismo e sexismo seja de forma consciente e/ou inconsciente no processo de cisões no interior da classe trabalhadora à medida que a concorrência gerada intraclasse é adensada pelas questões raciais, já que negros e negras, devido a condição racista operante no Brasil ocupam as piores inserções no mercado de trabalho. Lélia González também traz contribuições sobre esse debate ao sinalizar que até mesmo os brancos pobres colhem os dividendos do racismo a partir de sua vantagem competitiva que implica no preenchimento de posições que na estrutura de classes espelham recompensas materiais e simbólicas, mais desejadas (GONZÁLEZ, 2020, p. 62). Quanto a esta análise, a autora adensa sua reflexão, ao denunciar a inserção das mulheres, sobretudo negras, na sociedade de classes:

Ser mulher negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais alto nível de opressão. Enquanto ser homem é objeto da perseguição, repressão e violência policial (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem, é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para prestação de serviços domésticos junto as famílias da classe média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença da subordinação e da inferioridade que lhe seriam peculiares. Tudo

isso acrescido da dupla jornada que ela mais do que ninguém tem que enfrentar [...]. Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando em serviços de baixa remuneração (refúgios) nos supermercados, nas escolas, ou hospitais, sob a denominação genérica de serventes [...]. (GONZÁLEZ, 2020, p. 58-59).

Nesta análise, é evidenciado como uma sociedade hierarquizada pelo racismo e sexismo delega às mulheres principalmente as negras e pobres os custos pela reprodução social. Para este debate, abrimos o diálogo sobre o papel da Teoria da Reprodução Social, que é fundamental para a compreensão do sistema de opressão às mulheres.

A luta de classes pelas condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a (...) renovação de uma classe subordinada de produtores diretos empenhados no processo de trabalho. De modo geral, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha um papel crucial na sociedade de classes (...). Nas classes proprietárias (...) a opressão às mulheres advém de seu papel na manutenção e herança da propriedade (...). Nas classes subordinadas (...) a opressão feminina (...) deriva do envolvimento das mulheres nos processos que renovam os produtores diretos, assim como seu envolvimento na produção. (VOGEL, 1983, p. 129).

Esta é uma síntese da Teoria da Reprodução Social que demonstra que a produção de bens de serviço e a produção da vida fazem parte de um sistema integrado e articulado (BHATTACHARYA, 2013, p. 103). Quanto às atividades relacionadas à reprodução da força de trabalho, Bhattacharya (2013) aponta três processos interconectados: a) as atividades de regeneração da força de trabalho, como alimentação, sono adequado, cuidados psicológicos dentre outros; b) as atividades de cuidado que envolvem aqueles que não estão inseridos na esfera produção, crianças, idosos, pessoas adoecidas e as que estão fora do mercado de trabalho; c) E a reprodução de novos trabalhadores: gestação.

Estas atividades, são consideradas de menor prestígio social por integrarem a esfera do cuidado, e por consequência não serem geradoras diretas de mais valia. E, potencializado a esses fatores, ainda são relegadas majoritariamente às mulheres (que dados a condição do patriarcado, são inferiorizadas na sociedade), numa estrutura social hierarquizada pelo racismo, também são em sua maioria executadas pelas mulheres negra. Em outras palavras, fica a cargo das mulheres negras a majoritária responsabilidade pela reprodução social da classe trabalhadora. O quantitativo de mulheres negras que estão inseridas no Trabalho Doméstico

Remunerado, reforçam essa afirmação. De acordo com o último levantamento do DIEESE (2023), 5,8 milhões de pessoas estão inseridas no trabalho doméstico remunerado, deste número 91,4% são mulheres e 67,3% são mulheres negras.

Desta forma, racismo, sexismo e superexploração, atuam de maneira intrinsecamente articulada na distribuição do trabalho produtivo de mais valia e o trabalho reprodutivo na sociedade capitalista. À exemplo, os piores trabalhos que por sua vez também são os mais precarizados e não são geradores direto de capital, como limpeza urbana e trabalho doméstico, são relegados às mulheres negras e pobres (GONZÁLEZ, 2020).

Nesta mesma lógica, Lélia alega que a sociedade brasileira apresenta uma divisão social, racial e sexual do trabalho, que lança à “massa marginal”<sup>13</sup> a população negra, sobretudo, as mulheres. Nesta compressão, a massa marginal faz referência à parte da população que consegue nenhum tipo de inserção no mercado formal de trabalho, que não se integra ao mercado de trabalho formal nem mesmo como “reserva”. Moura (2021) chama essa parcela populacional de “franja marginal”, sendo aqueles que ficam à margem da sociedade. Sendo assim, é evidente que racismo e sexismo, para além de formas de opressão são também produtores e reprodutores das desigualdades geradas pelo capitalismo, que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro, assim como a superexploração.

Para Lélia, todo o debate sobre as configurações do capitalismo dependente, que engendra a sociedade brasileira, estão relacionados às determinações de gênero, raça, classe, trabalho e sexualidade. Tanto no que tange o processo colonial que está presente na formação sócio-histórica do país, como também no adensamento de suas contradições particulares do capitalismo contemporâneo, afinal como observado nos dados sobre trabalho doméstico, a inserção das mulheres (principalmente as negras), pouco se alterou. E como será verificado na continuidade deste trabalho, as imigrantes encontram-se em situação muito similar ao chegar no Brasil.

Para este trabalho, nos interessa compreender como a divisão social, racial e sexual do trabalho estruturou e segue estruturando o mercado de trabalho brasileiro, para termos pistas sobre como se dá a inserção das mulheres imigrantes no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo, ao chegar no Brasil. Ainda em diálogo com Lélia,

---

<sup>13</sup>Termo que toma de José Nun, mas que se apropria da noção marxiana de “exército industrial de reserva”

observamos que existe um princípio de separação muito delimitado na realidade brasileira: há postos de trabalhos ocupados exclusivamente por pessoas brancas e há outros que são majoritariamente ocupados por pessoas negras. Para além disso, nota-se uma hierarquia nessas ocupações, ou seja, as atividades realizadas majoritariamente pelas pessoas negras, têm menor prestígio do que aquelas desempenhadas por brancos. E quando se analisa especificamente as mulheres, estas hierarquias são ainda mais discrepantes, havendo, portanto, um verdadeiro abismo entre homens brancos e mulheres negras no mercado competitivo de trabalho.

A Teoria da Reprodução Social permite uma compreensão ampliada do termo trabalho, que se estende para além da esfera da produção. Em diálogo com González (2020), é possível perceber o quanto a vida das mulheres negras é atravessada e reorganizada pelo trabalho reprodutivo no qual as mulheres negras brasileiras têm papel central, seja no trabalho doméstico, nos serviços de cuidado, de saúde e educação infantil, seja no trabalho doméstico não pago.

Adensando o debate acerca da reprodução social, o papel do Estado Dependente se evidencia, uma vez o não provimento de condições coletivas para reprodução social, como creches, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, lavanderias, casas de repouso, contraturno escolar e sobretudo, políticas sociais, cria-se uma gigantesca lacuna na esfera da reprodução da vida social, que como resultado, acarreta em mais trabalho não pago ou mal pago, em ambas as circunstâncias, majoritariamente as mulheres, e no segundo caso, quase sempre, negras (DIEESE, 2022).

Por fim, porém não menos importante, atrelados ao racismo e sexismo, um outro fenômeno que se faz necessário dissertar para fundamentação deste trabalho é a Xenofobia. Para ampliação do debate acerca deste termo, diálogo com Deivison Mendes Faustino que defende que sociedades assentadas no colonialismo, lidam com os sujeitos que migram a depender de onde migram e da cor que tem. Argumentamos que os critérios para aceitação em sociedades nas quais foram estruturadas pela colonização, oferecem formas desiguais no trato com os imigrantes e essa seletividade, tem racismo como marcador. Nesta mesma direção, Silva (2020) infere que:

a mobilidade humana internacional segue sendo um processo atravessado pelos recortes de raça e gênero, não se pode conceber o imigrante como uma categoria universal, pois as políticas de ações afirmativas sempre favoreceram brancos, e os marcadores sociais da diferença — que marcam

os corpos e produzem dores — continuam informando quem tem mais acessibilidade aos direitos, quais os lugares que são permitidos a ocupar e quem pode transitar em condição de dignidade. No Brasil, a xenofobia tem endereço certo com raça e nacionalidade específicas. Por isso, é mais correto se falar em racismo do que xenofobia contra populações não brancas (SILVA, 2020, p. 186).

Desta forma, para além da definição mais usual do conceito de xenofobia<sup>14</sup> será levado em conta neste trabalho, a articulação direta do termo, com o racismo. Esta breve apresentação categorial, tem por intuito mostrar que a transição do modo de produção escravista para o capitalismo dependente que conformou o trabalho livre no Brasil, tem como característica fundante uma divisão social, racial e sexual do trabalho, que configura a alocação subalterna dos negros, sobretudo das mulheres no mercado de trabalho. Como também a superexploração da força de trabalho.

---

<sup>14</sup> É um tipo de preconceito caracterizado pela aversão, hostilidade, repúdio ou ódio aos estrangeiros, que pode estar fundamentado em fatores históricos, culturais, religiosos, dentre outros.

### 3 MIGRAÇÃO

Pensar a mobilidade humana a partir de uma perspectiva crítica, requer, sobretudo, compreender o deslocamento para além das motivações individuais das pessoas que migram, mas também localizar nestes processos a influência do cenário global que leva multidões a se moverem à procura de refúgio, trabalho, sobrevivência dentre muitas outras motivações. De acordo com o relatório da Organização Mundial para as Migrações (OIM) de 2022, o número de imigrantes internacionais cresceu de 84 milhões em 1970, para 281 milhões em 2020. O que demonstra uma ampliação massiva no número de pessoas se deslocando pelo globo (OIM, 2022).

Neste TCC, faremos uso da categoria mobilidade do trabalho, a partir de Gaudemar (1977), que indica que o capital (des)organiza e (des)valoriza as relações no mundo laboral. Para o autor, a categoria mobilidade do trabalho consiste na “condição de exercício de sua ‘liberdade’ [do trabalhador] de se deixar sujeitar ao capital, ao se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 190). A partir dessa exposição, o autor discorre que explicar a mobilidade apenas pelo viés dos deslocamentos espaciais, embora seja intuitivo, não dá conta de adensar os multifatores envolvidos nesse processo. Nesta esteira, é basilar destacar as crises humanitárias, ambientais, perseguições políticas e religiosas, que também atravessam a temática das migrações.

Nesta esteira, tomaremos o entendimento sobre movimentos migratórios como um dos processos de submissão do trabalho à ordem do capital (GAUDEMAR, 1977). A partir desta compreensão, a mobilidade passa a ser estudada, no centro dos processos de reprodução do capitalismo, tendo a força de trabalho disponível como chave para pensar esses deslocamentos. Ou seja, a força de trabalho, mercadoria especial para a manutenção do capitalismo, se desloca mundialmente para locais que ofereçam qualquer possibilidade de remuneração, ainda que a baixos custos e a duras condições de inserção.

Vale destacar que os fluxos migratórios não são movimentos isolados e recentes, a história da humanidade é demarcada pela mobilidade. O ser humano, que é um ser histórico e social, tem suas necessidades constantemente reinventadas. Por meio do trabalho em sua relação com a natureza, acumulam-se novos conhecimentos, ferramentas, técnicas e habilidades de acordo com cada forma de sociabilidade

histórica (MARX, 2008). Dentre essas necessidades humanas, entendemos que se situa, portanto, a mobilidade. A autora Vendramini (2018) faz um resgate histórico das migrações, e os processos de urbanização e industrialização capitalista, e localiza como esses processos se desdobram em deslocamentos do campo para cidade, como também para outros países:

Retornemos brevemente ao século XIX na Europa e ao processo de urbanização e industrialização capitalista, que antecedido pela expropriação da terra e dos meios de produção da subsistência, foi fundamental para a constituição de trabalhadores livres dispostos a vender sua força de trabalho na indústria nascente e a integrar o exército industrial de reserva nas cidades, lançando grandes massas de trabalhadores rurais para as cidades. Já na segunda metade do século, imensos contingentes de pessoas buscaram possibilidades de vida e trabalho em outros continentes, particularmente as Américas. Com a migração internacional de milhões de pessoas deslocou-se o eixo de uma grande crise que atravessava países europeus no século XIX. Como resultado do deslocamento populacional, criou-se uma poderosa sobrevida à acumulação capitalista. Um movimento em direção contrária é observado no final do século XX e início do XXI, quando milhares de trabalhadores e suas famílias migraram à procura de trabalho e de refúgio político, uma vez que as guerras civis e as ditaduras tinham tomado conta da América Latina. Muitos brasileiros, por exemplo, procuraram as regiões centrais do capitalismo, as quais alimentavam um enorme exército industrial de reserva. Os migrantes submetiam-se a baixos salários, longas jornadas de trabalho e ocupações simples, que exigiam pouca qualificação e eram desprestigiadas socialmente. Deste modo, as migrações se tornaram um importante componente da urbanização e acumulação de capital. (VENDRAMINI, 2018, p. 240).

Nesta esteira, o estudo das migrações levará em consideração aspectos estruturais do capitalismo, e à medida que partimos da compreensão que na sociedade antagonizada pelas trocas desiguais entre economias centrais e periféricas (MARINI, 2000), nem sempre há possibilidade de um território absorver plenamente a força de trabalho disponível. Isso acarreta uma remuneração muito abaixo do seu valor, e, também por isso, muitas pessoas são levadas a se deslocar interna e internacionalmente a procura de locais capazes de garantir minimamente a continuidade da vida. Alves (2004) aponta as mudanças no mundo do trabalho como umas das principais motivações dos fluxos migratórios contemporâneos. Como resultado, diversas pessoas se deslocam pelo globo oferecendo sua força de trabalho, basicamente em troca da sobrevivência. Para Alves (2004, p. 45):

[...] uma sociedade produtora de mercadorias, como a nossa, que ainda se sustenta no trabalho humano, se ressentida quando ela já não consegue dar conta de absorver parte da mão-de-obra disponível. Dessa maneira, cada vez mais um volume de trabalhadores se coloca em movimento, deslocando-se para onde ainda vislumbra possibilidades de alcançar um posto de trabalho, mesmo que isso seja apenas um ato visionário.

O autor corrobora com Gaudemar (1977) ao insistir que esta abordagem sobre migração, procura demonstrar que a mobilidade populacional não se trata apenas de uma vontade pessoal dos sujeitos que migram, mas também de uma pressão das necessidades do capital de se reproduzir. Gaudemar (1977) também utiliza o termo “mobilidade forçada” para somar nesta compreensão, justamente, por dar ênfase a esses fluxos, que extrapolam o desejo individual de se deslocar, mas também expressam o movimento forçado de migrar pela continuidade da vida.

Neste TCC, priorizou-se um recorte dos fluxos migratórios de Cuba e Venezuela, que são os países de origem das mulheres ouvidas no relatório que subsidia este trabalho, para isso também evidenciaremos a demarcação SUL-SUL compreendido como os fluxos migratórios que ocorrem entre os países da periferia do capitalismo, também chamados de “países do SUL Global”, por serem territórios de economias dependentes dos países centrais. Cabe destacar que esses países também têm em comum um passado-presente colonialistas que até hoje reverberam na inserção desigual desses territórios no cenário econômico mundial.

O Brasil entra nesta rota das migrações Sul-Sul, como uma das modalidades das migrações internacionais principalmente em 2010, em decorrência do terremoto no Haiti, que ocasionou uma expressiva presença da imigração haitiana para o território brasileiro. Também vale destacar que, nesse mesmo período, as políticas anti-imigrantes dos EUA e Europa também se intensificaram. Baeninger (2018) discorre sobre a existência de uma relação direta entre o endurecimento das políticas anti-imigrantes nos países centrais, e o reflexo na procura pelos países periféricos. Segundo Ismael; Rosalin e Nascimento (2023), isso também se justifica pelo crescimento de ofertas no setor de serviços nos países do Sul Global, como descrevem:

Isso ocorre também em decorrência tanto do endurecimento das políticas migratórias nos territórios centrais do capitalismo (sobretudo à entrada de indocumentados e trabalhadores pobres de países periféricos) como o crescimento dos serviços e das cidades globais (muitas no Sul), que aumentam a atratividade destes territórios para a imigração internacional, inclusive de trabalhadores com conhecimento técnico de áreas específicas para atuar em setores financeiros e de outros serviços. Apesar disso, cresce também uma esfera econômica de empregos precários e de baixa qualificação, para onde são destinados os imigrantes pobres (ISMAEL; ROSALIN; NASCIMENTO, 2023, p. 381).

Cabe salientar que o setor de serviços, que aparece como oportuno a nível de inserção, mascara as condições desprotegidas, violentas e desregulamentadas do



trabalho informal, o qual é ocupado por uma grande parcela dessa população migrante que se desloca à procura de melhores condições de vida. De acordo com dados do relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2022), o Brasil foi o maior destino dos fluxos migratórios dos países da América Latina nos últimos anos.

O relatório da OIM (2022) demonstra que a maioria dos imigrantes vive na Europa (87 milhões) e na Ásia (86 milhões). Estas duas regiões acolhem 61% dos imigrantes do mundo inteiro. A América Latina também apresenta uma expressiva taxa de crescimento no contingente de imigrantes internacionais, de acordo com o relatório o número de imigrantes duplicou (de cerca de 7 milhões para 15 milhões). Em 2019, existiam cerca de 169 milhões de trabalhadores migrantes em todo o mundo, representando quase dois terços (62%) dos migrantes globais<sup>15</sup>.

No que tange à realidade brasileira, nos últimos dez anos, ocorreu um aumento de 24,4% no número anual de novos imigrantes registrados no Brasil, sendo as nacionalidades numericamente mais expressivas, venezuelanas, haitianas e colombianas. O número de novos refugiados reconhecidos anualmente no país saiu de 86, em 2011, para 26,5 mil em 2020. Estes dados fazem parte do projeto<sup>16</sup> “2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil” foram produzidos pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Universidade de Brasília (UnB). Ismael, Rosalin e Nascimento (2023) apontam que os fluxos migratórios para Brasil também são ocasionados por:

O Brasil se coloca, nesta dinâmica, como destino de migração de duas demandas: de imigrantes qualificados de países do Norte e Sul global, mas também de imigrantes pobres direcionados ao trabalho precário, sobretudo advindos da América Latina. Essa dinâmica migratória se mostra predominante desde fins do século XX e nas primeiras décadas do século atual (SILVA, 2018, p. 381).

Como demonstram os dados acima, o Brasil tem sido o destino de uma massiva força de trabalho, tanto de trabalhadores da América Latina, como de países Africanos, com isso, cabe problematizar sobre como vivem essas pessoas que se deslocam sobretudo, para fins laborais. O relatório (ILO, 2021) produzido pela

---

<sup>15</sup> Maiores informações pelo link: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a%C2%A0> Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>16</sup> Maiores informações pelo link: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a%C2%A0> Acesso em: 20 ago. 2023.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), mostra que, em 2019, trabalhadores imigrantes representavam cerca de 5% da força de trabalho global, dos quais frequentemente ocupam empregos temporários, informais ou desprotegidos e com o maior risco de insegurança, demissões e deterioração das condições de trabalho (OIT, 2021). Silva (2020, p. 178), diz que “No contexto atual, a população de imigrantes é predominantemente formada por pessoas trabalhadoras racializadas como não brancas, originárias de países do Sul Global, com participação crescente de mulheres”.

Desta forma, ao levar em conta as questões objetivas da materialidade da vida, mas também a subjetividade dos sujeitos, que por vezes, migram sem a maior parte da família, precisam lidar com as questões de saúde, alimentação, moradia, dificuldade de idioma, xenofobia, racismo, sexismo, e também com a saudade do seu país e das pessoas que ficaram, bem como suas práticas, costumes, religiosidade, dentre outros a síntese proposta pelos autores Ismael, Rosalin e Nascimento (2023), contribui bastante para uma reflexão crítica, acerca da migração:

Os imigrantes, devemos evidenciar, não se deslocam, de forma alguma, de maneira espontânea (como os teóricos burgueses defendem), mas são mobilizados espacialmente e temporalmente pela necessidade de sobreviver em um mundo tomado pela lógica da reprodução do capital, possuindo como única opção se deslocar para espaços onde possam vender sua força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência. E, uma vez inseridos, em grande parte, num mercado de trabalho informal e precarizado, garantir através da superexploração de seu trabalho uma maior acumulação de capital. A contribuição do conceito marxista de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977) é assim vital para que possamos interpretar os processos migratório enquanto expressão da intensificação da exploração do trabalho pelo capital que tem sido ainda mais desenfreada nas últimas décadas e sobretudo no início do século XXI, com as reformas neoliberais como uma de suas expressões concretas (ISMAEL; ROSALIN; NASCIMENTO, 2023, p. 383)

Cabe salientar, que este trabalho não pretende reduzir todo o debate dos fluxos migratórios contemporâneos, a necessidade laboral. Objetivo também contribuir com os estudos dos multifatores relacionados aos deslocamentos migratórios, no entanto, dando ênfase nas transformações do capitalismo que reverberam no mundo do trabalho e incidem também na necessidade latente de homens e mulheres se deslocarem.

### 3.1 MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E TRABALHO

Antunes (2015) discorre sobre as mudanças do mundo do trabalho, no capitalismo contemporâneo e apresenta algumas condicionantes à precarização em escala global, como a crescente redução do trabalho operário industrial nos países de economia capitalista avançada, ao mesmo tempo, um crescimento do trabalho assalariado no setor de serviços nos países periféricos. O autor também destaca uma “heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, explícita no crescimento do trabalho feminino e na crescente exclusão dos mais jovens e mais velhos do mercado de trabalho formal” (ANTUNES, 2015, p.376).

Nessa esteira, percebe-se uma tendência global de flexibilização das formas de trabalho que garantam a reprodução ampliada e valorização do capital. Adentrando este debate, Harvey acrescenta que “se existem excedentes de capital e de força de trabalho dentro de um território [...] que não podem ser absorvidos internamente [...] devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados” (HARVEY, 2009, p.99). Ou seja, nesta análise, a força de trabalho que não é absorvida, torna-se mercadoria disponível para ser comercializada em outro território que possa absorvê-la.

Em síntese, o capitalismo precisou e precisa recorrer à mobilidade da força de trabalho, como um de seus subterfúgios para garantia de sua reprodução. Ao mesmo tempo em que torna a vida dos sujeitos que migram instável, e por vezes inseguras e desprotegidas à medida que as condições oferecidas por este modo de produção, tendem a barbárie e não tem compromisso nenhum com a manutenção segura da vida. Em resumo, “os enormes contingentes de imigrantes globais, em seus novos fluxos migratórios, ampliam ainda mais os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados em escala planetária” (ANTUNES, 2018, p. 89).

A partir desse debate, inferimos que o modo de produção capitalista, para sua sobrevivência, alimenta a miserabilidade em escalas globais, a partir da apropriação do trabalho não pago dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo. Ao tomar a particularidade dos países da América Latina, cujo papel primário-exportador na economia global (MARINI, 2000), influencia diretamente na forma subalterna de inserção dessas economias no cenário mundial, o deslocamento da força de trabalho,

dentro desses territórios, também serão atravessadas por essas determinações, sobretudo pela exploração da força de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras desses países.

Na sequência é necessário identificar, que os processos migratórios dos países Latinos em muito se justificam, pela forma como os mesmos trabalhadores e trabalhadoras, inserem-se no cenário global da reprodução do capital, à medida que a relação de dependência gera também a miserabilidade desses sujeitos que têm sua força de trabalho superexploradas. E como resultado de fatores econômicos, ambientais, políticos e religiosos são obrigados a migrar, alimentando a lógica de reprodução ampliada do capital (BAENINGER, 2018), uma vez que “o que vemos, nessa tomada, é uma mobilização de força de trabalho imigrante – ainda mais precarizada – que atende à necessidade do capital de se valorizar (ISMAEL; ROSALIN; NASCIMENTO, 2023, p.379).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego<sup>17</sup>, em 2022 foram descobertas 2.575 pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão no Brasil (CORRÊA, 2023). De acordo com o artigo 149 do código penal brasileiro, considera-se trabalho análogo a escravidão a “submissão de alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou seu preposto”. (BRASIL, 1940) Dos resgatados em 2022 83% se autodeclararam negros, 15% brancos e 2% indígenas. Dos resgatados em 2022, 148 eram estrangeiros: 101 paraguaios, 14 venezuelanos, 25 bolivianos, 4 haitianos e 4 argentinos. Mais uma vez percebe-se como a raça é determinante ao selecionar os corpos primeiramente mais afetados pela superexploração da força de trabalho.

A realidade enfrentada por muitos trabalhadores imigrantes no Brasil, evidencia que o mercado de trabalho brasileiro segue estruturado pelo racismo, sexismo e pela superexploração da força de trabalho. Na particularidade migratória, a xenofobia conforma as relações de trabalho à medida que gera o ódio ao que é considerado “de fora”, e ao mesmo tempo, concorrente dos trabalhadores locais. Por isso, os desafios que estão postos para a classe trabalhadora, ultrapassam fronteiras, idiomas e territórios. Ao chegar no Brasil, os imigrantes enfrentam os mesmos dilemas que os

---

<sup>17</sup> O site do Ministério está disponível aqui: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br> Acesso em: 20 ago. 2023.

trabalhadores brasileiros, que se acentuam pelas particularidades de idioma, costumes e pertença ao território.

### **3.1.1 Migração, sexismo, racismo e superexploração**

Nesse ínterim, a reflexão apresentada neste TCC consiste em debruçar-se sobre as condições de inserção dos sujeitos que migram na/para a periferia do capitalismo, dadas, as condições cada vez mais precárias do mercado de trabalho brasileiro. Para esta pesquisa, centraliza-se a migração de mulheres por compreender que além das dificuldades que as mesmas enfrentam para se inserirem no mercado pago de trabalho (à exemplo, falta de empregos, menores salários, falta rede de apoio para o cuidado com outros integrantes da família), tem-se também um trabalho invisível realizado na esfera privada da vida, ou seja, na família. Este trabalho, além de não ser remunerado, também não é contabilizado por não ser um produtor direto de capital. No entanto, sem ele, nenhuma das outras funções da vida seriam realizadas. A migração de mulheres pobres, racializadas para países com poucas ou nenhuma oportunidade de inserção profissional, também é reflexo do adensamento das desigualdades do capital, e o controle da força de trabalho daquelas que são responsáveis pela reprodução da vida social, é uma chave para a continuidade desse sistema de superexploração e opressão.

Silva (2020, p. 178) afirma que “no contexto atual, a população de imigrantes é predominantemente formada por pessoas trabalhadoras racializadas como não brancas, originárias de países do Sul Global, com participação crescente de mulheres”. É sobre as trajetórias das mulheres que nos dedicaremos a seguir. Cabe evidenciar que um dos motivos que levam muitas mulheres da América Latina, África e Caribe a migrarem, é a generalizada precarização das condições de vida. Segundo Bertoldo (2018)

Cada vez mais se constata a presença de mulheres que se inserem em fluxos migratórios para poder trabalhar, dar sustento à família e aos filhos, garantir acesso à educação, fugir de relações violentas, em função de arranjos familiares ou pelas redes de migração (BERTOLDO, 2018, p. 314).

Desta forma, a demanda pela sobrevivência, atravessa os percursos migratórios das mulheres que reverberam em condições precárias de vida, trabalho, desemprego, discriminação, segregação ocupacional e vulnerabilidade, sendo estes

elementos integrantes dos itinerários de diversas trabalhadoras que migram pelo globo. Já em 2009, a OIT informava que “mulheres migram de forma independente e constituem mais da metade dos que migram por razões de trabalho” (OIT, 2009, s.p.). Bertoldo (2018) complementa esta análise ao demonstrar como as imigrantes se inserem majoritariamente em trabalhos domésticos, trabalhos como cuidadoras de crianças, idosos, faxinas e demais tarefas da esfera do cuidado. Para a autora:

A migração feminina não por acaso é associada à feminização da pobreza, tendo em vista que o fato de uma mulher estar exercendo o trabalho doméstico em um país estrangeiro pressupõe antes uma série de elementos que a fez deixar seu país de origem e ingressar em um projeto migratório arriscado, sendo normalmente uma das poucas opções que se apresentam para tantas mulheres. Desde o desemprego e a falta de oportunidades, a pobreza, violências familiares, necessidade de sustentar a família, melhores condições de educação para os filhos, existência de redes sociais e familiares, dentre outras situações estão nas motivações que levam as mulheres a migrar, buscando dar respostas às necessidades básicas do cotidiano. O aumento das famílias monoparentais e a necessidade do sustento da família e filhos colocam em questão a situação dessas migrantes como agentes fundamentais no envio de remessas de dinheiro para o exterior, colocando-as sempre entre dois mundos, aquele onde está agora e aquele onde estão os que ficaram (BERTOLDO, 2018, p. 317).

Essas mulheres muitas vezes acabam se submetendo a jornadas de trabalho exaustivas e não usufruem de direitos trabalhistas. Martins e Vedovato (2016) discorrem que ao chegar aos seus destinos, muitas das mulheres imigrantes não possuem local para morar e por vezes, documentação. Com isso, essas trabalhadoras ficam à mercê de vagas nas casas de acolhimento do Estado, ou abrigos temporários na casa de pessoas conhecidas, geralmente outros imigrantes. A instabilidade dessas situações leva mulheres a se inserirem em qualquer atividade laboral a fim de obterem alguma remuneração para saírem das condições de depender de outras pessoas. Tais vivências também aumentam os riscos de trabalhos desprotegidos, abusos físicos e/ou psicológicos dentre outras violações de direitos.

Não podemos perder de horizonte, que as mulheres que migram para o território brasileiro, ao chegar, se deparam com a realidade de um país que foi estruturado pelo racismo, sexismo, com também, pela superexploração da força de trabalho. Logo, esses elementos incidirão de maneira particular sobre as migrantes pobres e racializadas como não brancas. Silva (2020), atrela a feminização da mobilidade humana com a racialização das mulheres inseridas nos fluxos migratórios dos países periféricos. Para autora:

A feminização tem um recorte racial. Aqui, quatro eixos de dominação estruturais se imbricam, nomeadamente raça, gênero, classe e nacionalidade, o que, conseqüentemente, produz impactos negativos nas experiências migratórias. As trabalhadoras negras são as que mais sofrem as violências sistêmicas de toda a sorte. No mercado laboral, são as que possuem maiores dificuldades de empregabilidade em postos de trabalhos formais e as que mais sofrem discriminações em matéria trabalhista, o que colide frontalmente com as Convenções Internacionais da Organização Mundial do Trabalho (SILVA, 2020, p. 183).

Nesta análise, Silva (2020) situa como a inserção laboral das mulheres imigrantes racializadas como não brancas, também serão influenciadas pela estrutura racista que pesa sobre o mercado de trabalho brasileiro, como já apresentado se utiliza do racismo, sexismo e da superexploração como hierarquizadores da força de trabalho. De acordo com a autora, parte expressiva dessas mulheres racializadas labutam nos postos de limpeza e cuidado (SILVA, 2020), o que retoma ao lastro socialmente construído da subalternização do trabalho das mulheres negras no Brasil (GONZÁLEZ, 2020).

Ainda que o trabalho realizado pelas mulheres racializadas, na discussão em questão, imigrantes, seja um trabalho essencial para a manutenção da vida, o nível de importância não coincide com a remuneração. Desta forma, também é preciso dizer que o custo pela reprodução social em sua totalidade, não pode ser numericamente quantificado. Afinal, qual o valor da reprodução da vida? Ainda assim, quando parte do trabalho da reprodução passa a ser mercadorizado, como é o caso do trabalho doméstico remunerado, percebe-se que o valor que lhe é atribuído na sociedade capitalista, remonta a história de desvalorização pelo cuidado, e sobretudo, pelas mãos que o executam. O trabalho doméstico (e tarefas de cuidado de maneira geral: faxineira, cozinheira, babás, cuidadoras, passadeiras, lavadeiras etc.) é o que mais tem empregado mulheres negras, pobres e imigrantes, no entanto, com as menores remunerações e proteção social.

Segundo dados da OIT (2015), havia cerca de 8,5 milhões de trabalhadoras domésticas imigrantes no mundo, e mais de um terço (35%) das imigrantes na América Latina se ocupava deste tipo de trabalho. No decorrer de sua análise, Silva (2020), reforça que a inserção laboral<sup>18</sup> das mulheres imigrantes é influenciada pelas

---

<sup>18</sup> Em relação à distribuição por continentes, verificou-se maior participação feminina no mercado de trabalho, se dá quando o país de nacionalidade é da América do Norte (41% de mulheres) e, em seguida, da América do Sul (35% de mulheres). América Central e Caribe, região que apresenta o maior número de imigrantes em postos formais, tem os homens em sua grande maioria (70,0%), em virtude do peso dos trabalhadores haitianos, que são predominantemente masculinos. Entre os africanos, a participação feminina é a menor dentre todos os continentes, com apenas 16,0% dos

relações coloniais das quais o países do Sul Global, tiveram em comum, no entanto, também nos alerta para não cairmos no tentador discurso de generalizar as migrações de países periféricos, apenas há deslocamentos de pessoas com baixa escolaridade, visto que certamente parte dos sujeitos que migram tem média ou baixa escolaridade, mas também: “há um contingente altamente qualificado. Assim, aqui todos são atingidos pelo racismo sistêmico, independentemente da classe econômica e do grau de escolaridade” (SILVA, 2020, p. 184.)

Em síntese, diante desta breve contextualização sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro e a introdutória apresentação do debate da migração, racismos, sexismo e superexploração da força de trabalho é possível inferir que: 1) A própria dinâmica do capitalismo cria/ seleciona parcelas populacionais para obsolescência a fim de manter o maior lucro possível por meio da superexploração da força de trabalho; 2) O racismo e o sexismo constituem parte fundamental no processo de hierarquização da força de trabalho. À medida que a divisão social, racial e sexual do trabalho relega historicamente determinados sujeitos a ocupações que terão os marcadores de gênero, raça e classe como critérios de inserção; 3) A migração é diretamente afetada por essa análise, sobretudo, quando se trata de mulheres racializadas de países da periferia do capitalismo. A partir destas leituras, o capítulo 4 pretende dialogar com os relatos do projeto de intervenção, identificando os marcadores acima nos percursos das trabalhadoras imigrantes ouvidas.

---

trabalhadores. A distribuição da população imigrante por cor ou raça, de igual forma, revela a influência das nacionalidades que mais se ampliaram, com especial atenção para o crescimento da população de cor preta e parda ao longo da série histórica. Em 2011, ambas somadas representavam 13,9% dos trabalhadores migrantes, chegando a 62,4% em 2020, e recuando para 58,6% no ano seguinte. A intensificação das imigrações oriundas de países africanos e, especialmente, do Haiti, trouxe o aumento da categoria de cor ou raça preta; enquanto o aumento mais intenso de trabalhadores de cor parda ocorreu em virtude do crescimento da imigração venezuelana, a partir de 2019 (Relatório anual do Observatório das Migrações- OBMIGRA-2022).



## 4 ITINERÁRIOS DO TRABALHO DAS MULHERES IMIGRANTES NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Neste capítulo apresento trechos do relatório produzido no Projeto de Intervenção, no intuito de evidenciar a partir dos relatos documentados, como a partir de seus deslocamentos de outros países da periferia do capitalismo para o Brasil, foram constituídos os percursos de trabalho das mulheres imigrantes, dadas as condições concretas de reprodução da vida social, que encontram no território brasileiro, especificamente, na Grande Florianópolis. Além disso, também pretendo identificar como o racismo e o sexismo e a superexploração da força de trabalho que estruturam a sociedade brasileira, cumpriram o papel de reorganizar a vida dessas mulheres.

Na análise documental, identificando as narrativas das mulheres, observa-se que dentre as motivações para o deslocamento dos países de origem para o Brasil, tem-se a centralidade da responsabilidade pelo cuidado de familiares, como evidenciado nos seguintes registros:

Oxum veio para SC pois em grupos de imigrantes cubano (whatsapp) falavam ser um lugar tranquilo e com atenção à saúde e com mercado de trabalho com vagas disponíveis. Trabalhou por 15 anos em Cuba com turismo. Veio para o Brasil pela saúde da filha [...].

Nanã Ficou 6 anos sem ver a filha por não ter tido oportunidade de trazê-la, e está a 2 anos em SC, conseguiu encaminhamento para a filha na saúde, que vai para a 2ª cirurgia em um mês.

Oyá relata que em parte atendeu as expectativas, após um mês e meio conseguiu a cirurgia de laqueadura, o filho também já tem encaminhamento na saúde (SANTOS, 2023, p. 41)

Oxum, Nanã e Oyá apresentam a necessidade de cuidados de saúde de integrantes de suas famílias, como um dos motivadores da escolha do Brasil como destino. Vale retomar, que as mulheres ouvidas são de nacionalidade Cubana e Venezuelana. Infelizmente este trabalho não dará conta de trazer o contexto histórico, político e social dos países de origem das migrantes, evidenciando apenas seus percursos após a chegada no Brasil. Ainda assim, destaca-se o protagonismo do cuidado, na procura de locais em outros territórios nos quais as demandas de saúde dos integrantes da família pudessem ser atendidas. Ou seja, a mobilidade em direção

ao Brasil para Oxum, Nanã e Oyá passa diretamente pela priorização dos cuidados com seus familiares.

É válido retomar o debate apresentado por Bhattacharya (2013) sobre as atividades essenciais para reprodução da vida humana sem as quais, nenhum outro tipo de trabalho seria executado, como: “as atividades de cuidado que envolvem aqueles que não estão inseridos na esfera de produção, crianças, idosos, pessoas doentes e as que estão fora do mercado de trabalho (BHATTACHARYA, 2013, p.103). A partir disso, a responsabilidade pela manutenção da vida, segundo a autora, é um encargo fundamental da reprodução que tem historicamente recaído sobre as mulheres, e faz parte de um trabalho imprescindível e impossível de ser contabilizado.

Na sequência, *Naná* também conta que seu marido está em tratamento quimioterapêutico devido a um câncer de medula, e mesmo agora após seu ingresso no mercado de trabalho, constantemente precisa levar atestado médico para a empresa, pois precisa ficar em casa auxiliando nos cuidados do esposo. Ou seja, mesmo após sua inserção no mercado de trabalho remunerado, sua responsabilidade central, é o trabalho executado no seu lar, sendo este também um grande desafio para sua permanência no emprego.

O tema da responsabilidade das mulheres para com o trabalho doméstico não remunerado também apareceu como central na narrativa das imigrantes, sendo este um dos principais organizadores de suas rotinas e dinâmicas de vida. Em alguns relatos, as integrantes parecem naturalizar essas atividades como parte de suas jornadas de trabalho, como se cumprir tarefas domésticas fosse uma função inata. Ou seja, ficou evidente como esse é um dos mais importantes marcadores dos itinerários do trabalho das imigrantes no que tange ao tempo que ele demanda. No entanto, que é mascarado pela histórica construção que o trabalho doméstico tem de ser “menos importante” dada uma divisão sexual do trabalho que atribui para o feminino, dentro da esfera privada (família) o trabalho necessário, porém invisibilizado da reprodução, como observado nos seguintes trechos:

Naná conta rindo que o homem vai trabalhar, quando a roupa está lavada, casa organizada. Ela tem de trabalhar, levar na escola, buscar as crianças, cozinhar, fazer faxina e se perguntou? Em qual horário vou sair pra conseguir um trabalho melhor? Reclama da distância dos lugares e dificuldades com horários de ônibus

Iemanjá fala das dificuldades de conseguir local mais perto da escola para morar, local com postinho de saúde.

Oxum diz que a escola do filho é perto, o marido ajuda bastante, não tem emprego fixo, então também se revezam, mas quando ele não está em casa ela precisa fazer tudo.

Nanã contou (bem triste) que acordava cedo, deixa filho pronto, a casa limpa e janta feita. Semana passada a moça que estava cuidando do filho não foi buscar, e ela tava trabalhando, perguntou para a moça sobre buscar a criança, ela disse que esqueceu. Pediu no trabalho para sair mais cedo, o chefe reclamou, ela disse “O que podia fazer? Deixar a criança sozinha na escola?”. Chega tarde da noite, difícil conseguir gente para cuidar, pediu para chegar mais cedo no trabalho e sair mais cedo, também não deixaram está com esse problema (SANTOS, 2023, p. 42)

O trabalho doméstico, em sua materialidade, vai muito além do que é construído na aparência. Para além da limpeza, cuidados, e preparo de alimentos, está a essência do que gera a mercadoria mais especial produzida no capitalismo: a força de trabalho (BHATTACHARYA, 2013). É por meio dos serviços invisíveis de cuidado que são realizados pelas mulheres, que a força de trabalho é forjada. Neste caso, percebe-se como as trabalhadoras imigrantes precisam organizar suas vidas, em função, sobretudo, do trabalho doméstico. É sempre uma conta que não fecha, atrelado a necessidade urgente do trabalho remunerando que é a garantia de uma renda para família, tem-se também a vaga na creche que não existe, o esposo que adoece e não tem ninguém além da esposa para cuidar, a comida que todos precisam comer, mas não se prepara sozinha, a energia para cuidar, ouvir e acalmar as crianças ao longo do dia, e todas as outras incontáveis demandas de trabalho obscurecidas pelo cotidiano, mas fundamentais para a existência humana.

Saffiotti (2020) problematiza esta tirania da sobrecarga, que recai sobre as mulheres à medida que não sobra energia, vontade, dinheiro e disponibilidade para que as mulheres possam acessar o mínimo para garantia da reposição de todo desgaste gerado pelas extensivas jornadas do trabalho doméstico. Além disso, a ausência de políticas públicas que viabilizem formas coletivas de acesso à reprodução social, pesa majoritariamente as mulheres da classe trabalhadora. Saffiotti aponta que:

É por isso, que tanto nos países “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. A disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma condição essencial para a produção, em qualquer fase do desenvolvimento da sociedade capitalista. As condições em que nosso trabalho é realizado varia de país para país. Em alguns países somos forçadas a produzir intensivamente crianças, em outros somos obrigadas a não nos reproduzir, especialmente se somos negras ou se vivemos de programas sociais ou se tendemos a reproduzir os “desordeiros”. Em alguns países, produzimos mão de obra não qualificada, para os campos, em outros,

trabalhadores e técnicos qualificados. Mas em todo mundo nosso trabalho não remunerado e a função que desempenhamos para o capital é a mesma (SAFFIOTTI, 2020, p. 11).

Na sequência, percebe-se que muitas das frustrações apresentadas pelas trabalhadoras são oriundas da falha do Estado e desmonte das políticas públicas que deveriam assistir essa população. Faltam vagas em creches e escolas para as crianças, serviços com mediadores culturais capazes de traduzir as informações para o idioma de compreensão das usuárias, informações sobre como acessar benefícios sociais, como passagem social, entre outros direitos negados. Percebe-se que em alguns momentos as mulheres localizaram essas ausências, como uma “falha” da rede de atendimento aos migrantes, que no contexto, fazia referência aos serviços prestados pelas organizações da sociedade civil e auto-organização dos próprios imigrantes e muito pouco ao Estado enquanto responsável pelas políticas públicas.

Oxum Percebe uma fragilidade na rede familiar e comunitária, mesmo tendo outros amigos imigrantes, essa falta de auxílio do Estado também dificulta no cuidado com os filhos. Se não tem vagas nas creches, não tem como trabalhar, se não tem como trabalhar, não tem como sobreviver. Relata também que está sem roupas para o frio. Por isso as suas expectativas foram frustradas (SANTOS, 2023, p. 42).

Certamente, a desresponsabilização do Estado e o protagonismo das instituições do terceiro setor e no caso da migração, dos órgãos financiadores dos Serviços, mascara um projeto de destruição daquilo que é público e fortalecimento do privado. Não há dúvidas que o enfraquecimento das políticas públicas afeta a classe trabalhadora de maneira geral e a privatização dos serviços, ou transferência de responsabilidade para o terceiro setor, conferem aos mesmos autonomia na execução e fiscalização do que deveriam ser políticas, e com certeza, por vezes, prevalecem interesses individuais e práticas culpabilizadoras e morais sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Sabe-se ainda, que na agenda conservadora, o interesse com as políticas sociais não é uma prioridade e fica restrito a conter as situações mais alarmantes de pobreza, e transfere para sociedade civil, também chamada de *terceiro setor*, a responsabilidade pelas demandas sociais, ao mesmo tempo que privatiza os serviços públicos. De acordo com Paiva, Rocha e Carraro (2010, p.26), “em nenhum momento da nossa história, houve políticas sociais universais que garantisse o mínimo à classe trabalhadora”.

Ao longo dos relatos documentados se adensam e as trabalhadoras passam a discutir sobre a centralidade do trabalho remunerado para manutenção de suas vidas e de seus familiares no Brasil, como também em seus países de origem. Além dos desafios da vida no novo território, pesa sobre as trabalhadoras a responsabilidade de somar com a renda de outros dependentes que não estão no Brasil. Neste momento, aparecem as angústias e incertezas atreladas a buscas por emprego, entrega de currículo, cursos e capacitações, que parecem não ser suficientes para uma inserção no mundo do trabalho (pago). Os relatos trechos a seguir demonstram que apesar das imigrantes reconhecerem que algumas de suas expectativas mais imediatas foram minimamente supridas com o acesso a algumas políticas, como por exemplo a de saúde, a inserção laboral ainda é uma grande dificuldade, como observa-se nos seguintes recortes:

Oxum conta que seu país de origem está atravessando um momento econômico difícil, não tinha o medicamento que precisava para seu tratamento, por isso, foi para Suriname, e na sequência, para o Brasil. Ao se estabelecer aqui, trouxe sua filha. A participante sentiu dificuldades por não saber o idioma do país, as tradições. Destaca que foi muito importante o acolhimento e encaminhamento que lhe deram e a necessidade de trabalhar era sua principal preocupação. Uma de suas maiores angústias é ter entregue vários currículos e não ser chamada para assumir nenhuma das vagas.

Iemanjá nos contou que seu país de origem se encontra em dificuldades econômicas, com preços altíssimos para sobrevivência e por isso veio para o Brasil com os filhos. Destaca a importância do acolhimento e a necessidade de trabalhar como sua maior expectativa.

Oyá diz que se sente bem no país e a dificuldade agora é de conseguir um trabalho. Já está a 5 anos no Brasil, descobriu que tem câncer de mama durante a pandemia, demorou até conseguir atendimento por conta do cenário. Os impactos da doença trazem novas dificuldades para conseguir trabalhar, pois se cansa muito rápido, aponta a recusa no mercado de trabalho a pacientes oncológicos

Oyá relata que sua vinda para o Brasil em parte atendeu as expectativas, após um mês e meio conseguiu a cirurgia de laqueadura, o filho também já tem encaminhamento na saúde. Porém levou currículos em alguns lugares, mas ainda não teve retorno.

Iemanjá conta que tem uma amiga que ficava num abrigo, que era bem difícil, tem de ir de madrugada para usar o banheiro, horário para tomar banho, escovar os dentes, comer, precisam de currículo, aqui no Brasil se não tem experiência de emprego ou indicação não te contratam. Foi numa loja, perguntaram logo se tem experiência e por não ter já falaram para ir embora. Outro dia uma amiga estava com gripe, perguntaram da onde era, mentiu dizendo que era do Uruguai (era da Venezuela), e pode ter até experiência no país de origem, mas não conta, pois a experiência que obteve na Venezuela não é “levado a sério” no Brasil.

Naná conta que antes de vir para cá, foi para Biguaçu, para procurar emprego, lá lhe perguntaram com o que já trabalhou, se gosta de cozinhar.

Não tem nenhuma venezuelana no local, perguntaram onde ela morava, quando contou, disseram que era muito longe. Ela respondeu que para quem quer trabalhar não é longe, pediram para mandar o currículo. Nunca responderam! Não queriam pagar o ônibus (SANTOS, 2023, p. 44)

Os trechos acima demonstram uma realidade que as trabalhadoras imigrantes enfrentam, bem como muitos trabalhadores e trabalhadoras neste território: o desemprego. Certamente, no caso das mulheres ouvidas, as particularidades de sua inserção enquanto trabalhadoras imigrantes recrudescem as dificuldades de inserção no mercado competitivo de trabalho. Vendramini (2018, p. 240) aponta que “o trabalhador se dispõe a deixar sua família, casa, amigos, cidade natal para vender sua força de trabalho onde houver procura. Torna-se assim totalmente disponível ao mercado de trabalho”.

Nesse sentido, Nanã relata que mesmo tendo experiências em seu percurso profissional, é como se “as experiências adquiridas na Venezuela não contabilizassem aqui”. De certo, os não acessos destas trabalhadoras evidenciam um mercado de trabalho inflado, e tensionado pela grande massa de desempregados da classe trabalhadora brasileira, atrelado a isto, o fato de serem mulheres imigrantes num Estado racista, que tem um histórico de privilegiar imigrantes brancos nas melhores ocupações, também corrobora com esta não inserção.

As experiências relatadas nos percursos de trabalho das mulheres imigrantes também nos mostram a concretude da superexploração da força de trabalho e ao mesmo tempo, o racismo, sexismo e xenofobia operante nessas relações. Obá relata que já trabalhou em uma casa de construção por indicação, recebia 50 reais para trabalhar o dia todo, sem passagem, e sem acréscimo para comida. Realidade similar se expressa na vivência de Nanã que trabalhou por recomendação em uma casa, mas queriam lhe pagar 60 reais a diária para trabalhar durante o dia todo fazendo tudo dentro da casa, lavando, passando e cozinhando. As trabalhadoras percebem o quanto as jornadas de trabalho são extensivas e o retorno financeiro, quase inexistente. O mesmo observa-se nos seguintes trechos:

Obá Começou a trabalhar num restaurante, mas foi demitida com o início da pandemia. [...]. Pontua que sem experiência na carteira é muito difícil conseguir trabalho, mesmo sendo muito adaptável nas necessidade de trabalho. Atualmente faz faxina também. Aponta o preço do aluguel muito alto na cidade, e o salário muito baixo.

Oyá: Relata que trabalhou em algumas casas com limpeza e cuidando de crianças. Um dia lhe ofereceram uma oportunidade de trabalho na Palhoça, por indicação, seria para trabalhar ficando numa casa, mas teria muitas

dificuldades na articulação da rotina, não tinha passagem, pagavam muito pouco, teria que ficar muitas horas lá.

Naná contou (bem triste) que acordava cedo, deixa filho pronto, a casa limpa, janta. Semana passada a moça que estava cuidando do filho não foi buscar, e ela tava trabalhando, perguntou sobre a moça disse que esqueceu. Pediu no trabalho para sair mais cedo, o chefe reclamou, ela disse “O que podia fazer? Deixar a criança sozinha na escola?”. Chega tarde da noite, difícil conseguir gente para cuidar, pediu para chegar mais cedo no trabalho e sair mais cedo, também não deixaram está com esse problema.

Obá contou que por ter algumas faltas no trabalho, descontaram quase 400 reais, mesmo com atestado, tentou falar sobre, ir atrás, mas ficou com medo de ser demitida (SANTOS, 2023, p5).

O trecho acima demonstra visceralmente como a necessidade de priorizar a sobrevivência, influi em inserções profissionais desprotegidas, mal remuneradas e totalmente violadoras de direitos. Vendramini (2018), amplia essa discussão abordando que:

No caso das mulheres, elas predominantemente têm que assumir ainda os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos e ainda lidar com o permanente assédio sexual dos colegas, chefes e policiais. No caso dos jovens, quando conseguem, procuram associar o trabalho com os estudos. Enfim, constituem-se numa massa de segregados atrás dos muros, em guetos ou bairros afastados, constituindo-se em trabalhadores os mais fragilizados e vulneráveis que reforçam a subordinação geral da classe trabalhadora (VENDRAMINI, 2018, p. 245).

A inserção profissional das imigrantes no trabalho doméstico remunerado, apresenta-se como uma das poucas alternativas encontradas por elas como fonte de renda. Ainda assim, a forma como esses vínculos empregatícios se estabelecem, também escancaram a realidade de violação de direitos, algo que está intrinsecamente associado à natureza desse trabalho, que tem um histórico de subalternização social, tanto por ser majoritariamente relegado às mulheres pobres e racializadas, como também pela lógica patriarcal e sexista, que configura a divisão social e sexual do trabalho direcionando todas as tarefas de cuidados às mulheres, e por consequência, pagando menos por isso. As migrantes, também se inserem nessa lógica precarizada de trabalho, tendo inclusive, direitos básicos negados.

Os registros documentados das rodas de conversa com as trabalhadoras evidenciaram jornadas exaustivas de trabalho e remunerações muito inferiores ao salário-mínimo brasileiro que por sua vez, já é a expressão da superexploração, já que o valor pago às trabalhadoras é muito abaixo do necessário para sua reprodução. Cabe destacar, que o Brasil reconheceu os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas equiparando o acesso à direitos das demais categorias de trabalho, por

meio da PEC das domésticas. Ainda assim, para as mulheres migrantes a informalidade é ainda mais latente, pois a regulamentação documental é um processo lento e caro. Logo, a ausência de documentação também é um recurso que dificulta o acesso ao “mercado formal de trabalho”.

A xenofobia, atrelado ao racismo, também faz parte dos percursos das trabalhadoras em seus itinerários do trabalho. Ao relatar sobre sua busca por trabalho, Obá conta que “Muitos querem pagar menos pelo fato de sermos imigrantes”. Oyá, de forma semelhante, relata que “as pessoas me chamam de venezuelana (de um jeito ruim).” Além disso, a frustração pela escolaridade avançada e a não inserção profissional equivalente, também aparecem nos documentos. Oxum contou como em Cuba teve uma ótima formação, com muitas experiências profissionais, cursou administração e se qualificou bastante, mesmo assim, encontra muitas dificuldades em conseguir um trabalho.

Por fim, em diálogo com bell hooks sobre a centralidade da narrativa dos sujeitos como protagonistas de suas histórias, a tabela a seguir traz o relato do que consta nos itinerários do trabalho das imigrantes, de acordo com suas próprias perspectivas. Neste quadro, constam as palavras selecionadas pelas participantes para resumir seus percursos como trabalhadoras desde que chegaram em Florianópolis.



Quadro 1 - Palavras extraídas dos relatos das trabalhadoras.

| <b>O QUE CONSTA NOS ITINERÁRIOS DO TRABALHO DAS MULHERES MIGRANTES? PALAVRAS ESCOLHIDAS PELAS MULHERES PARA NARRAR SUAS PRÓPRIAS TRAVESSIAS!</b>   |
|--|
| <b>FAMÍLIA</b> - <i>Iemanjá conta que seus filhos são parte fundamental para a família. Um emprego que não permita cuidar dos filhos, não é uma opção considerável.</i>  |
| <b>FALTA DE OPORTUNIDADES</b> - <i>Oxum reforçou que mesmo estando disponível, capacitada e procurando por emprego, as oportunidades não chegam.</i>   |
| <b>AUSÊNCIA DE REDE</b> - <i>Nanã compartilhou que é muito difícil conquistar coisas, quando não se tem uma rede de ajuda.</i>   |
| <b>DIFICULDADES</b> - <i>Obá destacou a dificuldade com o idioma, disse que é muito difícil chegar num país sem entender o idioma, gera diversas dificuldades para trabalhar, para conversar, para estabelecer convívio social.</i>  |
| <b>FRUSTRAÇÃO</b> - <i>Oyá destacou a frustração: Estudou muitos anos em seu país de origem, é uma profissional de muitos anos de experiência, foi diretora de empresa, e aqui não consegue trabalhar.</i>   |
| <b>RACISMO</b> - <i>Nanã também localizou o racismo por conta da cor da pele, por ser Venezuelana, percebe não ser aceita.</i>   |
| <b>FALTA DE REDE DE AJUDA</b> - <i>Iemanjá destacou a falta de Rede de ajuda: Não possui muitas redes, os locais não ajudam/contribuem, dificuldades postas pela empresa, precisa conciliar as situações.</i>  |
| <b>AUSÊNCIA DE SALÁRIOS ADEQUADOS</b> - <i>Obá também acrescentou salários adequados, afirmou que o salário que oferecem às mulheres migrantes é indigno.</i>  |
| <b>BAIXOS SALÁRIOS</b> - <i>Nesse mesmo sentido colocado por Obá, Nanã destacou os baixos salários, pois precisam pagar diversas despesas e não sobra, por ser imigrante e terem necessidades, são obrigados a aceitar esses salários baixos. ...Trabalhos muito exaustivos junto disso, levantar caixas, produzir, puxar as roupas sempre as atividades mais pesadas e que pagam menos.</i> |
| <b>CAPACITAÇÃO</b> - <i>Oxum também destacou a Capacitação dizendo que precisa de certificados brasileiros, os cubanos aqui não servem.</i>  |
| <b>EXPECTATIVAS NÃO ALCANÇADAS</b> - <i>Obá também acrescentou a palavra expectativas, chegam com a esperança e os sonhos de uma vida melhor, mas só encontram barreiras e dificuldades.</i>   |
| <b>INFORMAÇÃO</b> - <i>Obá e Iemanjá destacaram a palavra Informação, nem tudo é acessível, e pela dificuldade do idioma, fica ainda mais difícil. "Para cada entrevista que vai, gasta dinheiro também. Um dinheiro que não volta"</i>  |

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dessas narrativas, é possível perceber o quanto o processo de migração, gênero e trabalho (pago e não pago) constituem uma simbiose que se adensa a partir da apropriação capitalista de todos os meios possíveis de reprodução da vida. Seja na esfera privada, ou pública, a ordem do capital é a manutenção da exploração para continuidade da sua expansão.

Neste sentido, a vida das mulheres trabalhadoras, e em particular imigrantes é totalmente (des)organizada pela venda da sua força de trabalho, onde quer que seja possível, e no restante do tempo que sobra (quando sobra), mais-trabalho não pago lhe são reservadas. É importante destacar, que neste trabalho, não assumimos uma visão universal da categoria imigrante. Dialogamos diretamente com Silva (2020, p.184), que reitera que “a feminização da mobilidade humana pertence a uma cadeia associativa que se soma à racialização, ou seja, trata-se de uma ampla maioria de mulheres racializadas como não brancas. Assim, a feminização tem um recorte racial”.

Desta forma, quando as mulheres contam que seus percursos de trabalho ao chegar no Brasil foram marcados por: falta de oportunidades, frustrações, ausência de rede, saudade da família, racismo, baixos salários e/ou desemprego, falta de informações e capacitações, me suscitam diversas inquietações enquanto estudante de Serviço Social, uma profissão interventiva e que se debruça sobre a realidade concreta que se apresenta para além das necessidades do cotidiano. Ainda que Santa Catarina seja um Estado considerado com uma das economias nacionalmente mais aquecidas (GUEDES, 2023). A inserção laboral dos imigrantes racializados, sobretudo, mulheres, nos mostram que o privilégio da cor (branca) é preponderante para o mercado de trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

Conforme abordado no início deste trabalho, as migrações não são um novo fenômeno social, mas se complexificam e particularizam a cada período histórico. Desta forma, a constante chegada de imigrantes para o Brasil, pode (e deve) ser explicado a partir de elementos conjunturais, mas também estruturais, como o racismo, sexismo e a superexploração da força de trabalho, discutidos neste TCC. Além disso, a real compreensão desses fenômenos nos levará à máxima de que o modo de produção capitalista, se utiliza da força de trabalho disponível mundialmente, para sua expansão.

Desta forma, é basilar pontuar que as pessoas que migram não podem ser enxergadas apartadas de sua condição de pertença a classe trabalhadora. As mulheres imigrantes, por exemplo, que fazem parte da centralidade desta pesquisa, a partir de suas chegadas, integram a classe trabalhadora brasileira, vivenciam, a dura realidade do desemprego, precarização, baixos salários, ausência de políticas públicas, racismo, sexismo, superexploração da força de trabalho e demais questões também vivenciadas pelas trabalhadoras brasileiras.

De certo, essas questões se acentuam ainda mais pelas particularidades de idioma, contextos culturais, xenofobia, dentre outras particularidades que estruturam a vida das pessoas que migram. No entanto, é essencial reafirmar uma análise classista para pensar os fluxos migratórios, tendo em vista que assim como os problemas são de toda a classe as saídas também precisam apontar para construções coletivas, sobretudo, de superação ao sistema que oprime toda classe trabalhadora: o capital.

A partir disso, é possível inferir que a migração é um tema central e desafiador para o Serviço Social. Muito além do debate do acesso às políticas sociais pela população migrante, que tem sido o viés preponderante da produção teórica no que tange à relação entre serviço social e migração, é necessária uma análise crítica acerca das raízes desses deslocamentos levando em conta a relação capital x trabalho e as condições da classe trabalhadora, sobretudo, na periferia do capitalismo.

Com isso, também considero oportunos e necessários os constantes diálogos entre o Serviço Social, e os debates latino-americanos e caribenho, ou, como nas palavras de Lélia González, “amefricanos”, que evidenciam as lutas dos povos

originários e da população negra, que apesar das amarras do colonialismo, imperialismo e dependência, resistem e reconstroem história e memória.

Nesta esteira, salientamos que olhar para os itinerários do trabalho das mulheres imigrantes na Grande Florianópolis, nos leva dialeticamente para as contradições de um mercado de trabalho, estruturado e hierarquizado pelo racismo, sexismo e pela superexploração da força de trabalho.

As análises dos conteúdos presentes no documento que subsidia esse TCC, materializam a complexidade da reprodução da vida, em um sistema que intencionalmente seleciona parcelas da classe trabalhadora para a obsolescência. Como bem pontuado por Silva (2020), raça e gênero denunciam quais os corpos são autorizados a circular em condição de dignidade, e o que transitam em situação de subalternidade. E essa realidade é critério essencial para os estudos sobre trabalho, gênero e migração.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilidade do trabalho e reprodução do capital nos cerrados piauienses. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1-2 p. 43-53 jan./dez.2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. A vigência (e a vingança) de Marx: o novo proletariado de serviços, valor e intermitência. *In*: **Margem Esquerda 31**: revista da Boitempo. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.
- BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 313-323, maio 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>.
- BHATTACHARYA, Tithi. “O que é a teoria da reprodução social?” **Revista Outubro**, [s.l.], n. 32, p. 101-113, 2019. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04\\_Bhattacharya.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf) Acesso em: 10 jul. 2023.
- BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de novembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm) Acesso em: 20 jun. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. (org.). **Relatório Anual OBMigra 2022**. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMigra\\_2022/RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL/Relat%C3%B3rio\\_Anual\\_2022\\_-\\_Vers%C3%A3o\\_completa\\_01.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELAT%C3%93RIO_ANUAL/Relat%C3%B3rio_Anual_2022_-_Vers%C3%A3o_completa_01.pdf) Acesso em: 20 jun. 2023.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 77-87.

CORRÊA, Gabriel. Trabalho escravo: 2.575 pessoas foram resgatadas em 2022. **Agência Brasil**, Brasília, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/trabalho-escravo-2575-pessoas-foram-resgatadas-em-2022> Acesso em: 20 jun. 2023.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Escritório Nacional DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html> Acesso em: 10 out. 2023.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho**: Boletim Especial 20 de novembro. São Paulo: Escritório Nacional DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html> Acesso em: 10 out. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

GUEDES, Mariana. SC possui a menor taxa de desemprego dos últimos nove anos. **Observatório FIESC**, Florianópolis, 29 ago. 2023. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/sc-possui-menor-taxa-de-desemprego-dos-ultimos-nove-anos#:~:text=Florian%C3%B3polis%2C%2029.8.2023%20%2D%20De,ao%20mesmo%20per%C3%ADodo%20de%202022> Acesso em: 20 set. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**: Vol. I. São Paulo: Editora Globo, 2008.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação de Capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 3 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035> Acesso em: 19 set. 2023.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Report ILO Global Estimates on International Migrant Workers**: Results and Methodology. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_808935.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_808935.pdf) Acesso em: 20 ago. 2023.

ISMAEL, Vinicius de Paula; ROSALIN, João Paulo; NASCIMENTO, Ramon Spironello do. Mobilidade do trabalho e crise do capital: elementos para uma análise das migrações internacionais no capitalismo contemporâneo. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 366-387, 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi/SP, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependência**. 5. ed. México: Era, 1972/1981.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, Karl. **O Capital**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 1, v. 2, p. 825-877.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n.14, p. 124-137, 1983.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

OIM - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA AS MIGRAÇÕES. **Relatório mundial sobre migração 2022**. Brasília: OIM, 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-da-oim-mostra-aumento-do-deslocamento-global-apesar-dos-limites-de-mobilidade-da-covid-19> Acesso em: 10 out. 2023.

OIT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. **Migração laboral aumenta em cinco milhões globalmente**. Brasília: OIT, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_809321/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_809321/lang-pt/index.htm) Acesso em: 10 out. 2023.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12702](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702) Acesso em: 13 jun. 2023.

ROCHA, Rosely. Fome faz brasileiro disputar no lixo ossos de boi e distribuição de pele de frango. **CUT Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/fome-faz-brasileiro-disputar-no-lixo-ossos-de-boi-e-distribuicao-de-pele-de-fran-5413> Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS, Joyce. **Relatório síntese das atividades de estágio: Semestre 2023.1**. (Projeto de Intervenção) - Estágio Obrigatório III. Florianópolis: UFSC, 2023.

SANTOS, Joyce; SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Trabalhadores domésticas remuneradas no contexto da pandemia do COVID19. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS, 11., 2020, Curitiba. **Caderno de resumos**. Curitiba: ABPN, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1jWyHjXo4rNbs0Af7ZFRuFJcxems1KvBA>  
Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins da; MULLER, Juliana. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 281-292, maio 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p281>.

SILVA, Karine de Souza; CASTELAN, Daniel Ricardo. “Mil nações moldaram minha cara”: o Brasil, as migrações sul-sul e a extensão em relações internacionais. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, [s.l.], v. 16, n. 34, p. 154-165, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2019v16n34p154>

SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins da; MULLER, Juliana. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 281-292, maio 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p281>

SILVA, Karine de Souza. Corpos em deslocamento e os “marca-dores” sociais da diferença: o novo perfil migratório brasileiro e as hierarquias coloniais a serviço do capitalismo. **Renascença**: Política Externa Pós-Bolsonarista. [S.n.]: Diplomacia para Democracia, 2022.p. 178-186.

SILVA, Karine de Souza. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: Direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. **Revista Mbote**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 20-41, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/indicador/mbote/article/view/9381>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e Luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: HUCITEC, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; SANTOS, Joyce. Trabalho doméstico no Brasil e a pandemia do COVID 19. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2020, Teresina. **Anais [...]** Teresina: SINESPP, 2020a. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/2020/upload/anais/Nzq0.pdf?043300> Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; SANTOS, Joyce. A dinâmica da superexploração, do sexismo e do racismo no trabalho doméstico remunerado no Brasil e a Covid-19. *In*: SIMPÓSIO UFF DE POLÍTICA SOCIAL, 1., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFF, 2020b. Disponível em: <http://politicassocial.uff.br/wp->



<content/uploads/sites/124/2021/04/ebook-Anais-do1%C2%BA-Simp%C3%B3sio-UFF-de-Pol%C3%ADtica-Social.pdf> Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; NASCIMENTO, Sabrina; SANTOS, Joyce. Trabalho doméstico remunerado no Brasil: análise das tendências teóricas sobre o tema. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 11., 2023, São Luís. **Anais** [...] São Luís: JOINPP, 2023. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/site/resultados/Co%20Final.pdf> Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; SANTOS, Joyce. Trabalho Doméstico Remunerado no Brasil: Elementos Teóricos-Metodológicos para um debate crítico. *In: PINHEIRO, Manuella Aragão; SOUZA, Reivan Marinho de. Trabalho na encruzilhada do tempo presente: virtualização, precarização e controle*. Alagoas: Edufal, 2023.

VENDRAMINI, Célia Regina. Migration from a Dialectical and Historical Materialist perspective. **Revista Katálysis**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 239-260, maio 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p239>.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.

## ANEXO

### ANEXO A - PROJETO DE INTERVENÇÃO

O Projeto de Intervenção constitui parte importante da realização do estágio. A partir deste projeto foi possível deixar uma contribuição para o campo com perspectiva/possibilidade de continuidade atividade/ação pela instituição. Embora a realização do PI seja uma construção coletiva entre estagiário, supervisora de campo, supervisora acadêmica e no meu caso, o campo escolhido para execução, considero um dos períodos de maior autonomia e possibilidade do exercício da criatividade. A partir da experiência do planejamento e execução do PI, me enxerguei diante de diversas ferramentas, articulações internas e externas e acúmulos teóricos, que me possibilitaram com o suporte das supervisoras a construção e execução de um projeto que finalizasse minha inserção no estágio de maneira mais completa pela experiência ainda que mínima, de protagonizar uma ação em matéria do Serviço Social.

A escolha do tema, se deu pela inserção no campo da migração no estágio, e pelo interesse em estudar o mercado de trabalho e os desafios do mesmo para as mulheres. Esse caminho de pesquisa se iniciou na graduação por meio da iniciação científica e pelos acúmulos do coletivo Veias Abertas. O nome Itinerários do Trabalho, parte da perspectiva de pensar os caminhos que são traçados para a (não)inserção dessas mulheres nas atividades laborais, sejam elas formais ou informais.

Por meio dos encontros, desvelam-se as dinâmicas raciais, xenofóbicas, sexistas e de gênero que estão envolvidos nesta (não)inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho. Foi possível observar de maneira muito visceral como a Superexploração da força do trabalho divide a classe trabalhadora de forma que cada ser humano seja enxergado pelo outro como inimigo. A xenofobia aparece nesta análise uma vez que o migrante é lido como “o outro”, o “de fora”, “aquele que não pertence” e que vem para roubar as oportunidades de “emprego” daqueles que são nativo. Como se o problema da precarização do trabalho fosse as pessoas que migram, e não a má divisão das riquezas por parte daqueles que exploram. Neste caso, as questões de gênero aparecem de maneira ainda mais contundente, já que a feminização da pobreza é um dos motivos que mais levam pessoas a migrarem. Em síntese, realizar o espaço de escuta com as mulheres me possibilitou ainda que de

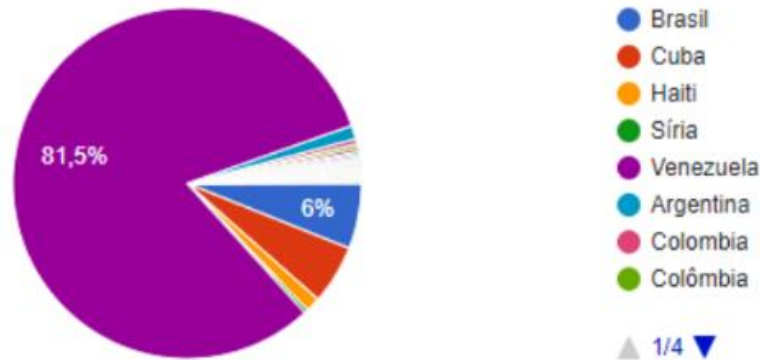
forma introdutória conhecer a partir da experiência das participantes, como o mercado de trabalho seleciona, para excluir e explora para lucrar e para isso mantém uma parte da população às margens das oportunidades.

A escolha da Casa de Direitos, se deu a partir de adaptações do projeto inicial que previa que os encontros dos PI fossem realizados de maneira itinerante nos diferentes serviços de atendimento aos migrantes em Florianópolis. Após reuniões com a supervisora de campo e supervisora acadêmica e a constatação de que não seria viável realizar neste formato, adaptamos o projeto para ser executado em um único local. Neste processo, realizei tentativas de construções com a Ciclos de Hospitalidade, Associação dos Imigrantes e com a Casa de Direitos. Este último foi o que se mostrou mais aberto à construção. Após o contato inicial, realizamos uma reunião na Casa de Direitos com os dois serviços que realizam atendimento no espaço (Cáritas e Serviço Jesuítas), a supervisora de campo, representando a gerência e eu enquanto proponente do projeto.

A partir do alinhamento do projeto, a execução se deu de maneira mais aproximada ao Serviço Jesuítas, que participou de todos os encontros, inclusive da organização dos mesmos. Desta forma, considero relevante uma breve apresentação do perfil dos atendimentos realizados por este serviço, que inclusive, atuou diretamente na seleção/convite das mulheres que fizeram parte do grupo. De acordo com os últimos atendimentos realizados constatou-se que das 879 respostas ao formulário interno do serviço, 79,6% das respostas são de mulheres. Na sequência, as principais nacionalidades atendidas:

**Figura 1 - País de origem.**

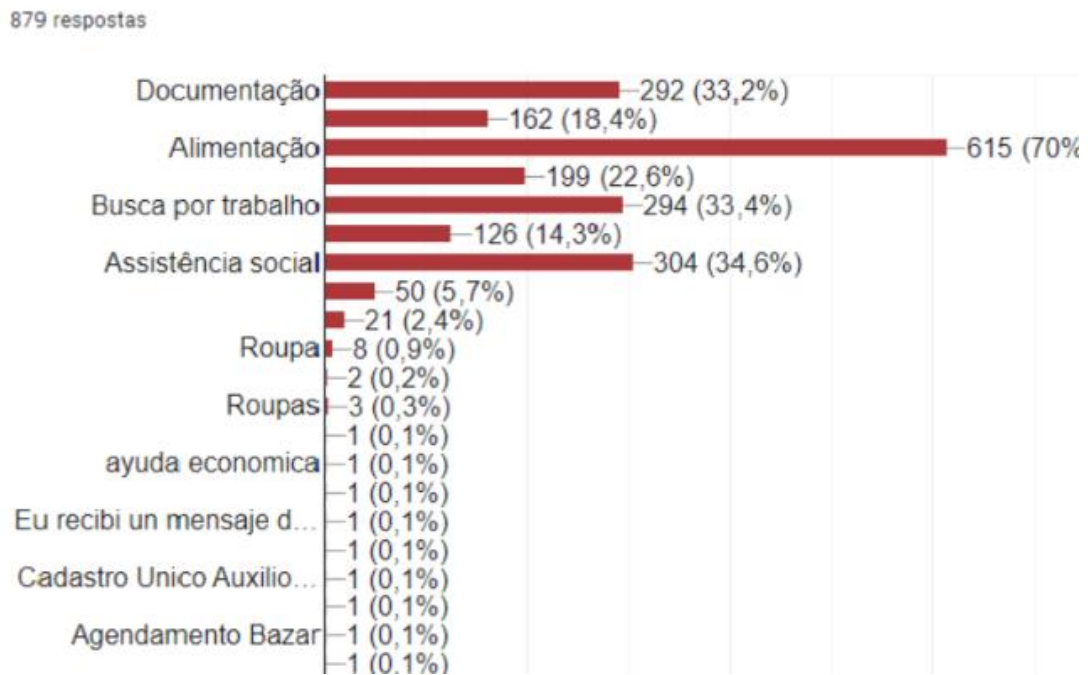
879 respostas



Fonte: Casa de Direitos.

Como demonstrado no gráfico, a nacionalidade com maior percentual de pessoas atendidas é a Venezuela, seguida do Brasil, tendo em vista que a Cáritas também presta atendimentos a brasileiros e em terceiro lugar, uma presença expressiva de cubanos. Em relação às nacionalidades presentes no grupo com as mulheres, seguem essa mesma projeção, o grupo foi composto por três mulheres Venezuelanas e três Cubanas. Dentre os dados do formulário da Casa de Direitos, a pergunta “de que forma podemos te ajudar” traz informações relevantes sobre as principais demandas.

**Figura 2 – Principais Demandas.**



Fonte: Casa de Direitos.

De acordo com os dados do gráfico, os principais motivos de procura à Casa de Direitos se dão pelas demandas de documentação, alimentação, busca por trabalho, assistência social e roupas. A partir desse mapeamento é necessário localizar o que esses dados expressam para além do aparente localizando as expressões da Questão Social e a forma como as mesmas se materializam no cotidiano da população migrante. A partir dessas demandas, percebe-se que as necessidades básicas para sobrevivência são os principais motivos pela procura dos serviços. Com base nesses dados, cabe problematizar a não responsabilização do Estado, por essas demandas sociais que inferem sobre a realidade da população migrante, a partir da compreensão que migrar é um direito constitucional. De acordo com a **Constituição Federal de 1988**: Art. 5º *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.* Mas como expresso na **Lei Estadual n. 18.018/2020** que Institui a Política Estadual para a População Migrante, é necessário que sejam fornecidas as condições necessárias de inserção social desta população. E isso passa por acesso à alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, cultura, empregabilidade

e renda e etc. Ou seja, o protagonismo pelo acesso à direitos sociais é uma responsabilidade do Estado, mas o que se observa na realidade é a presença massiva dos próprios migrantes articulando suas redes de apoio, e também os serviços prestados por organizações do terceiro setor, organizações religiosas e/ou outras agências com foco em Direitos Humanos. Como apresentado pelos autores Mendo, Fagundes e Reidel (2018, p. 3):

apesar de o deslocamento ser reconhecido como um processo histórico e de âmbito mundial, a temática da migração e, principalmente, do refúgio passou a adquirir significativa centralidade apenas no contexto pós-guerras, tendo em vista os trágicos acontecimentos de violações de direitos sucedidos na Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Desse modo, após esse período constituiu-se a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 (2018, p. 2)

Destaca-se que mediante o envolvimento estabelecido com a questão da mobilidade em voga e pela compreensão da necessidade de um aporte a esses grupos específicos para o encontro de soluções adequadas e duradouras para os problemas que as afligem, a ONU se constitui como um dos principais órgãos internacionais para a proteção da população migrante forçada. Esta organização internacional é, inclusive, uma fonte de recursos para os projetos e programas sociais de ajuda humanitária a essa população. Destaca-se que, como resultado de seu trabalho, no ano de 1950, foi criada a principal instituição de caráter humanitário que assegura a proteção específica dos migrantes forçados no mundo até o momento: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Mostra-se importante salientar que se compreende como de extrema importância e reitera-se a necessidade do trabalho realizado junto a essa população. Entretanto, salienta-se que, pelo seu caráter de ajuda humanitária (humanitarismo), demonstra ter limites em sua atuação, relacionados à emergencialidade e focalização de ações.

Como observado, essas instituições cumprem importante papel no que tange a ajuda humanitária, no entanto, é necessário manter o horizonte da garantia de direito e o Estado como responsável pela execução das políticas. A partir do gráfico anterior percebe-se que as demandas levantadas escancaram a fragilidade das políticas públicas que deveriam ser garantidas a essa população os acessos necessários para suas respectivas permanências no país. No entanto, há de ressaltar que no capitalismo, a barbárie é norma, e a política de morte é estabelecida assim que os corpos mais passíveis de serem eliminados, são selecionados. Ou seja, o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo tem elevado o fluxo de migrantes e de refugiados, revelando a barbarização e mercantilização de todas as dimensões da vida” (SANTOS, 2016, p. 8). Com isso, os variados motivos que influenciam os fluxos migratórios, todos se coadunam nas crises do capitalismo e na expulsão forçada que o mesmo gera para variados grupos populacionais. A migração é um dos fenômenos que engendram contradições do sistema capitalista, e é permeada por diversas

expressões da Questão Social como violação dos direitos humanos, desemprego, empobrecimento etc. As desigualdades socialmente produzidas por esse sistema, encontram legitimidade na configuração liberal do Estado, logo, a questão social para além de se apresentar como o acirramento dessas desigualdades também evidenciam:

(...) a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadoras – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital. (IAMAMOTO, 2008, p. 123).

Em resposta a esse contexto de extrema pobreza e precarização de vida, o terceiro setor se apresenta como uma possibilidade de construir ações no campo do imediato e benevolência a fim de assistir a população. Este aspecto por vezes é encoberto de perspectivas moralizadoras, familistas, com forte apelo ao “combate à pobreza” e reprodutoras de diversas opressões para com os grupos historicamente excluídos. Além de mascarar a desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais que tendem a desmontar serviços e retroceder na garantia dos direitos à população. Os autores Mendo, Fagundes e Reidel (2018) sintetizam esse debate ao afirmar que:

As escolhas por políticas neoliberais e pela aceitação das recomendações do Consenso de Washington\* produziram na cena pública a criação de políticas sociais cuja orientação à seletividade, focalização e descentralização estão no cerne da sua concepção, planejamento e direcionamento. No contexto atual, a questão social assume proporções exponenciais e potencializam as desigualdades sociais em um nível de desastre social (IAMAMOTO, 2008 apud SOARES, 2008) e em “resposta” às desigualdades sociais, surgem estratégias filantrópicas e com caráter de benemerência com forte apelo aos programas focalizados de “combate à pobreza”, acompanhadas do amplo desmonte das políticas públicas e da desestruturação dos serviços, quando estes não são privatizados, cuja gestão, planejamento e execução passam a ser exercidos pela sociedade civil, através das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), realidade vivenciada concretamente por migrantes e refugiados, haja vista a quase inexistência de política públicas voltadas a essa população (MENDO; FAGUNDES; REIDEL, 2018, p. 7).<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup>O Consenso de Washington (1989) indica a delimitação de um conjunto de políticas econômicas que passariam a orientar as ações dos Estados nacionais endividados com as agências multilaterais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Dentre elas estavam o i) liberalismo da economia; ii) privatização das estatais e terceirização de serviços (abertura para as publicizações dos serviços não exclusivos do Estado – OSC, OSCIPs); iii) reestruturação e redução da intervenção do Estado na economia. No Brasil tal reordenamento teve mais fôlego após a promulgação da Constituição de 1988, cujos governos posteriores – com destaque ao governo de Fernando Henrique Cardoso - adotaram medidas econômicas de corte neoliberal. Em contraposição dessas medidas se tem a redução dos direitos sociais, a flexibilização da legislação trabalhista, a adoção de políticas sociais a partir do trinômio neoliberal: focalização, privatização e descentralização, ocasionando o aumento das desigualdades sociais

Neste contexto, é válido ressaltar a complexidade do processo de mobilidade humana, e que o mesmo apresenta diversas expressões da questão social, evidenciando a urgência de que essa temática seja incorporada na agenda dos profissionais do Serviço Social. Por fim, ainda dentro da reflexão acerca dos dados de atendimento à população migrante realizada pela Casa de Direitos, e o grupo específico que foi contemplado em meu projeto de intervenção: Mulheres Imigrantes, é necessário apontar alguns elementos acerca do debate de gênero e migração.

Na planilha a seguir, apresento os elementos que compõem o projeto e foram norteadores para a execução. Na primeira planilha trago o objetivo geral, os objetivos específicos, público-alvo, resumo metodológico e os resultados esperados. Na segunda planilha apresento o detalhamento dos recursos humanos, de forma objetiva, nomeio as pessoas que participaram desta construção. Na terceira planilha detalho o cronograma com as principais datas de execução e avaliação. Por fim, apresento um fluxograma de como pretendo dar o retorno da realização deste projeto a cada instituição envolvida.

**Quadro 1 – Elementos do Projeto**

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Objetivo Geral</b>        | O projeto de intervenção <i>Itinerários do Trabalho</i> tem por objetivo criar um espaço de <i>escuta</i> para as trabalhadoras imigrantes atendidas pela Casa de Direitos de São José, de modo que as mesmas possam ser protagonistas de suas narrativas e socializar suas experiências e expectativas acerca do Mercado de Trabalho, como também as principais dificuldades de inserção.   |
| <b>Objetivos Específicos</b> | Criação de um espaço de escuta e acolhimento para trabalhadoras.   |
|                              | Mapeamento dos principais desafios apresentados pelas mulheres acerca de suas respectivas inserções no mercado de trabalho.  |
|                              | Elaboração do Relatório do Projeto de Intervenção  |
|                              | Espaço formativo com socialização acerca dos direitos à população migrante, com foco no debate de gênero e mercado de trabalho. A partir das demandas mapeadas.  |
| <b>Público-alvo</b>          | Mulheres migrantes atendidas pela Casa de Direitos - São José que estejam ou não inseridas no mercado (formal/informal) de trabalho.   |
| <b>Resumo Metodológico</b>   | Os encontros com as migrantes ocorrerão mensalmente. Esses encontros serão realizados por meio de grupos focais, nos quais utilizarei um roteiro semiestruturado como norteador dos debates. O primeiro encontro terá como objetivo apresentação e criação de vínculo, o segundo uma conversa mais aprofundada sobre o Mercado de Trabalho e o terceiro o debate sobre direitos e apresentação da rede de atendimento aos migrantes. |
| <b>Resultados Esperados</b>  | Por meio desse projeto espera-se criar um espaço de escuta e acolhimento para as mulheres da Casa de direitos que seja continuado pelo corpo técnico do Serviço,   |



|  |   |
|--|---|
|  | que já sinalizou interesse na continuidade. Por tratar-se de um projeto piloto com uma metodologia que valoriza o diálogo de todas as participantes, o número de mulheres migrantes bem como a divulgação será reduzida. Esperamos receber o máximo de 10 mulheres. Espera-se que esse projeto fique como mais um dos trabalhos da Gerência de Igualdade Racial e Migração, no intuito de fortalecer a rede de atendimento aos migrantes. |
|--|---|

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 2 – Recursos Humanos**

| <b>Nome</b>    | <b>Formação</b>              | <b>Instituição</b> |
|----------------|------------------------------|--------------------|
| Joyce Santos   | Estudante/ Estagiária GEIRI. | UFSC/ SAS          |
| Heloísa Telles | Assistente Social            | UFSC               |
| Regina Suenes  | Assistente Social            | SAS                |
| Mylene         | Estudante                    | UFSC               |
| Dyullia        | Estudante                    | UFSC               |
| Mayara         | Estudante                    | UFSC               |
| Tayná Corrêa   | Analista Social Sênior       | SERVIÇO JESUÍTAS   |
| Isabelli Melo  | Estagiária                   | SERVIÇO JESUÍTAS   |

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 3 – Cronograma de encontros**

| <b>Etapa</b> | <b>Atividade</b>  | <b>Mês 1</b>       | <b>Mês 2</b> | <b>Mês 3</b> | <b>Mês 4</b> |
|--------------|---|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| Planejamento | Este primeiro mês servirá para estruturar o projeto, fazer contato com as migrantes e elaboração do roteiro que irá nortear os encontros. | Todo mês de março. |              |              |              |
| Execução     | Encontro com as trabalhadoras.  |                    | 26/04        | 31/05        | 28/06        |

Fonte: elaboração própria.

## **Primeiro encontro do Projeto de Intervenção**

O primeiro encontro do Projeto de Intervenção ocorreu no dia 26 de abril de 2023 às 9h30min com aproximadamente 2 horas de duração, inclusas, organização do espaço e dos materiais e a atividade em si. Para este momento introdutório, utilizei como documentos de registro a lista de presença e termo de autorização de imagem. A equipe participante deste primeiro encontro foi composta por mim, como proponente da atividade, a supervisora de campo Regina Suenes, a Assistente Social Aline Ogliari que atua na Casa de Direitos por meio da Cáritas, a Assistente Social Tayná Corrêa de Oliveira que atua na Casa de Direitos como Analista social sênior do Serviço Jesuítas, juntamente com a estudante de Relações Internacionais Isabelli Melo, estagiária do Serviço Jesuítas. Também integraram esta atividade a estudante do Serviço Milene, que ficou responsável pela relatoria dos três encontros e a estudante Mayara que conduziu o espaço de atividades as atividades com as crianças enquanto as mães participavam do grupo.

O primeiro encontro teve a participação de 6 mulheres migrantes, sendo 3 venezuelanas e 3 cubanas. Conforme indicado no termo de autorização de imagem assinado pelas mulheres, a identidade das mesmas serão preservadas. Destaco também a presença da assistente social e da psicóloga do CRAS Zanellato, sendo este um dos CRAS 's de referência da região. O objetivo deste primeiro encontro foi a construção de vínculo com as mulheres, apresentação da atividade, objetivos e metodologia. Para isso, a medida que me apresentei, tentei socializar sobre minhas motivações de me aproximar do tema migração e trabalho, contextualizando minha trajetória como estudante que migrou do Rio de Janeiro para Santa Catarina também à procura de trabalho, e o quanto esse movimento me afetou a partir da possibilidade (oriunda do ingresso na Universidade) de localizar minha existência de forma coletiva na história da classe trabalhadora, tendo em vista que os itinerários do trabalho das muitas mulheres negras das quais descendo, também contam um pouco da história da subalternização forçada da população negra no Brasil, sobretudo das mulheres, que historicamente foram relegadas aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados, como o trabalho doméstico, e é a partir dessa percepção, que aponto para uma história que é coletiva, e vivenciada por diversas mulheres negras, pobres, migrantes, periféricas. . Quanto a isso, é importante destacar que ao realizar a condução do espaço me permitindo compartilhar um pouco da minha história à medida

que justifiquei o motivo do meu interesse pelo tema, que mais que um projeto de estudo, toca a realidade concreta que vivencio, percebi uma abertura muito genuína das mulheres, reciprocidade acolhimento, o que ficou evidente, pela forma aberta e receptiva que as mesmas trouxeram seus relatos.

As perguntas que nortearam esse primeiro momento foram: O país de origem de cada uma delas? O que motivou a escolha do Brasil e do Estado de Santa Catarina como destino? Como elas avaliavam as oportunidades de trabalho para as mulheres no país de origem e no Brasil? Algumas das experiências profissionais que tiveram antes de chegar ao Brasil? Os principais desafios para a inserção profissional em Santa Catarina? E o que mais elas consideraram importante compartilhar? A partir dessas perguntas, realizamos esse primeiro diálogo sobre o tema do trabalho, tendo o reconhecimento da história de cada uma como fio condutor do espaço, e a minha inclusão no grupo como facilitadora do debate, mas também como alguém que trouxesse mediações sobre o tema e conseguisse sintetizar os principais pontos que apareceram nas intervenções. Cabe salientar, que devido ao termo de autorização de imagem e a prerrogativa de sigilo, os nomes das participantes que aparecem nos relatos são fictícios. Em honra a força das Yabás, cujo significado é mãe rainha e faz referências às Orixás Femininas na cosmogonia Africana, e em respeito a cada história que me foi confiada presto essa singela homenagem às participantes que demonstraram em seus relatos diversos atributos de força e resistência presentes nas histórias das grandes Yabás.

#### *Sistematização dos relatos do primeiro encontro.*

*Oxum, conta que seu país de origem está atravessando um momento econômico difícil, não tinha o medicamento que precisava para seu tratamento, por isso, foi para Suriname, e na sequência, para o Brasil. Ao se estabelecer aqui, trouxe sua filha. A participante sentiu dificuldades por não saber o idioma do país, as tradições. Destaca que foi muito importante o acolhimento e encaminhamento que lhe deram e a **necessidade de trabalhar** era sua principal preocupação. Uma de suas maiores angústias é ter entregue vários currículos e não ser chamada para assumir nenhuma das vagas. A participante também destacou dificuldade em transitar pela cidade por*

*não ter dinheiro para ônibus/Uber. Além disso, também localizou a demora para conseguir sua documentação como uma de suas maiores dificuldades.*

*Iemanjá nos contou que seu país de origem se encontra em dificuldades econômicas, com preços altíssimos para sobrevivência e por isso veio para o Brasil com os filhos. Destaca a importância do acolhimento e a **necessidade de trabalhar** como sua maior expectativa.*

*Oyáfoi primeiro para a Colômbia e depois veio para o Brasil, encontrou dificuldades com a adaptação com o idioma, ficou algum tempo sem sair direito de casa por conta disso, até que teve auxílio de uma brasileira para aprender o idioma. Buscou mais tarde os filhos. **Diz que se sente bem no país e a dificuldade agora é de conseguir um trabalho.***

*Obá está a 5 anos no Brasil, descobriu que tem câncer de mama durante a pandemia, demorou até conseguir atendimento por conta do cenário. Os impactos da doença trazem **novas dificuldades para conseguir trabalhar**, pois se cansa muito rápido, **aponta a recusa no mercado de trabalho a pacientes oncológicos**. Veio para o Brasil depois que a mãe morreu, por chamado da filha, era professora de educação física, tem três formações, e quando veio para o país **ficou trabalhando no sinaleiro limpando os carros. Uma amiga recomendou vir para SC por conta da oportunidade de trabalho.***

*Oxum: Veio para SC pois em grupos de imigrantes cubano (whatsapp) falavam ser um lugar tranquilo e com atenção à saúde e **com mercado de trabalho com vagas disponíveis**. Trabalhou por 15 anos em Cuba com turismo. Veio para o Brasil pela saúde da filha, está agradecida com o atendimento na saúde, mas **precisa conseguir trabalhar**. A energia aqui é muito cara, e o medicamento da filha a deixa com muito calor.*

*Nanã Ficou 6 anos sem ver a filha por não ter tido oportunidade de trazê-la, e está a 2 anos em SC, conseguiu encaminhamento para a filha na saúde, que vai para a 2ª cirurgia em um mês.*

*Mediação: Após ouvir atentamente os relatos das mulheres, localizo o anseio pelo trabalho, importância da rede de atendimento ao migrante e as implicações à saúde x trabalho como temas presentes na maioria das histórias. A partir disso, pergunto sobre a relação expectativa x realidade em relação aos anseios que as motivaram a migrar.*

*Oyárelata que em parte atendeu as expectativas, após um mês e meio conseguiu a cirurgia de laqueadura, o filho também já tem encaminhamento na saúde. Porém **levou currículos em alguns lugares, mas ainda não teve retorno. Tem de cuidar do filho, o que dificulta conseguir trabalho.***

*Obá ficou chocada ao se mudar para Florianópolis, morava antes em Boa Vista, que era uma cidade menor, vendia empada. Chegou em SC durante a virada de ano, precisou ficar num hotel e estourou o cartão. **Começou a trabalhar num restaurante, mas foi demitida com o início da pandemia.** A dona da casa para onde se mudou auxiliou com algumas questões e teve flexibilidade nesse período, teve a saúde mental bem afetada e encontra dificuldades na locomoção de ônibus. **Pontua que sem experiência na carteira é muito difícil conseguir trabalho, mesmo sendo muito adaptável nas necessidade de trabalho. Atualmente faz faxina também.** Aponta o preço do aluguel muito alto na cidade, e o salário muito baixo! A maioria dos locais proíbe animais de estimação, crianças e não tem mobília. Como é possível viver?*

*Oyá conseguiu muitos móveis que encontrou na rua. Assim foi mobiliando sua casa.*

*Oxum Percebe uma fragilidade na rede familiar e comunitária, mesmo tendo outros amigos imigrantes, essa falta de auxílio do Estado também dificulta no cuidado com os filhos. Se não tem vagas nas creches, não tem como trabalhar, se não tem como*

*trabalhar, não tem como sobreviver. Relata também que está sem roupas para o frio. Por isso as expectativas foram frustradas.*

*Obá aponta a enorme burocracia no país, tentou revalidar alguns documentos na UFSC e não conseguiu. Relata que no Brasil é muito difícil esse processo na educação, e se for pagar é muito caro. Tentou técnico em enfermagem, mas teve de parar por conta da doença. Oyá diz que **é muito esforçada, e se movimenta, ainda assim, as oportunidades não chegam.***

*Muitas mulheres relataram experiência em fazer unhas, alongamento de cílios, maquiagens e outros serviços estéticos, mas que mesmo com essas qualificações, também é muito difícil conseguir clientes.*

*Obádiz que em Chapecó se sentia na Venezuela, pois tem muitos venezuelanos e locais de serviço, mas ainda assim outras dificuldades apareciam, como acesso aos serviços de saúde e empregos com salários adequados. **Muitos querem pagar menos pelo fato de sermos imigrantes.***

*Oxum contou como em Cuba teve uma ótima formação, com muitas experiências profissionais, cursou administração e se qualificou bastante, **mesmo assim, encontra muitas dificuldades em conseguir um trabalho.***

*Pergunto o que elas consideram mais difícil nesse processo?*

*Oyá: Saber o idioma, precisa saber ao menos o básico, se você não sabe se comunicar as pessoas te enganam.*

*Ewá: **Oportunidades para imigrantes**, quando havia geralmente apareciam esses empecilhos como da língua ... os filhos estão mais facilmente empregados, são jovens, aprendem rápido o idioma.*

*Nanã diz que seu filho já fala português, mas que ela teve dificuldades por não ter uma rede de apoio, não conseguiu trabalho no horário exigido pelos empregadores pois tem de cuidar dos filhos.*

*Mediação: Após a fala das participantes, pontuei o caráter coletivo das experiências apresentadas, mesmo sem se conhecerem os relatos são muito similares e remontam uma história, dos itinerários do trabalho de diversas mulheres migrantes que residem em Santa Catarina. Ressalto que a proposta desse primeiro momento era exatamente essa apresentação prévia, conversa inicial e criação de vínculo, sinalizo que no próximo encontro, conversaremos especificamente sobre o trabalho e suas contradições.*

*Tayna destaca que essa é a primeira experiência de um espaço como esse, para escutar as questões e dificuldades, mas que é muito importante para inclusive embasar as demandas e qualificar os serviços ali oferecidos.*

*A equipe do CRAS Zanellato (Assistente Social e Psicóloga), também agradecem pelo espaço, se colocam à disposição para dúvidas e orientações e agradecem à mediação do projeto.*

Os trechos acima, apresentam uma breve sistematização dos relatos do encontro. Ressalto que as edições realizadas, foram apenas de caráter organizativo, de maneira a ser o mais fiel possível ao que foi relatado pelas mulheres. Infelizmente não gravamos o áudio do encontro, o que fez com que algumas partes acabassem se perdendo, no entanto, o objetivo da atividade foi alcançado, tendo em vista que o grupo ocorreu fluidamente, com ampla participação das participantes, que me permitiram fazer importantes reflexões a parte da realidade por elas apresentadas.

A partir do primeiro encontro e dos relatos das participantes foi possível verificar o quanto o Trabalho, se apresenta como necessidade central para sobrevivência e bem-estar das participantes. Em diversas falas apareceram a frustração pela não inserção no Mercado de Trabalho, e o quanto o fato de ser migrante se apresenta

como uma barragem à essa inserção. Dentre as dificuldades apresentadas foi recorrente a falta de vagas em creches, para que as crianças pudessem estudar, demandas de saúde, que ficavam exclusivamente sob responsabilidade das mulheres, ausência de recursos financeiros para conseguir se movimentar pela cidade a procura de emprego e inserções muito precarizadas, por vezes aquém da formação profissional que elas obtiveram no país de origem.

Por se tratar do primeiro encontro, tendo o vínculo como um dos maiores objetivos visando garantir que as participantes se sentissem seguras para compartilhar suas experiências, tentei interromper o menos possível, e permitir que as integrantes do grupo trouxesse seus relatos com tranquilidade, no tempo que se sentissem confortáveis, dentro do que era possível na estrutura do espaço. Por isso, não aprofundi muitos os elementos que apareceram nesse primeiro momento, tendo em vista também que um dos objetivos era pensar com as participantes de forma coletiva como tem se construído esses itinerários do trabalho desde que chegaram ao Brasil. Porém, a nível de uma primeira análise, é salutar destacar os mecanismos de culpabilização e responsabilização das mulheres, pelos seus não acessos e frustrações profissionais.

A partir do relato, tomarei a discussão da migração como parte do processo de reprodução do capital à medida que as motivações desses fluxos migratórios, se dão em sua maioria pelos agravamentos das crises do Capitalismo. Retomando o registro da conversa com as participantes, percebe-se mais uma vez, a necessidade de retomar o debate sobre o Estado brasileiro. Muitas das frustrações relatadas pelas trabalhadoras são oriundas da falha do Estado e desmonte das políticas públicas que deveriam assistir essa população. Como apresentado na relatoria, faltam vagas em creches e escolas para as crianças, serviços de saúde qualificados, inclusive com mediadores culturais capazes de traduzir as informações para o idioma de compreensão das usuárias do serviço, informações sobre como acessar benefícios sociais, como passagem social, entre outros. Percebi que em alguns momentos as mulheres localizaram essas ausências, como uma “falha” da rede de atendimento aos migrantes, que no contexto, fazia referência aos serviços prestados pelas organizações da sociedade civil e auto-organização dos próprios migrantes e muito pouco ao Estado enquanto responsável pelas políticas públicas. Logicamente, compreendo a desresponsabilização do Estado e o protagonismo das instituições do terceiro setor e no caso da migração, dos órgãos financiadores dos Serviços, como um



projeto de destruição daquilo que é público e fortalecimento do privado, já que não há dúvidas, que o enfraquecimento das políticas públicas afeta a classe trabalhadora de maneira geral e a privatização dos serviços, ou transferência de responsabilidade para o terceiro setor, conferem aos mesmos autonomia na execução e fiscalização do que deveriam ser políticas, e com certeza, por vezes, prevalecem interesses individuais e práticas culpabilizadoras e morais sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Outro elemento importante que apareceu no primeiro encontro é a apreensão do Trabalho, como esse elemento que “dignifica a vida” e que norteia todas as outras relações. Além disso, a inserção profissional aparece como possibilidade de “melhoria de vida” para as participantes e também às fazem lembrar dos motivos que as levaram a migrar. Nesta esteira, é problematizar esse trabalho a partir das particularidades do Capitalismo Dependente e as reais possibilidades de se alcançar o “bem viver” dentro do sistema capitalista, que objetiva o lucro de poucos a partir da exploração da força de trabalho de todo o “resto”. Ou seja, pensar esses itinerários requer assimilar esses fluxos, como um dos mecanismos que mantém a lógica operante do capital, afinal, o fluxo migratório com intuito laboral, contribui diretamente para para exploração capitalista da força de trabalho, como apontado no texto:

Essa forma de mobilidade, vista a partir do sistema de produção capitalista, é regida por uma lógica própria, onde capital e trabalho se articulam, dando a forma de uma mobilidade da força de trabalho, determinada pela luta de classe e pela exploração capitalista do trabalho; portanto, é uma mobilidade forçada. O indivíduo, nessa análise, é visto como uma mercadoria a serviço do capital. O seu deslocamento, tanto espacial como funcional, é determinado pelas leis gerais de acumulação capitalista (ROCHA, 2008, p. 158).

Ou seja, há uma ínfima relação entre a mobilidade laboral forçada, e a superexploração da força de trabalho, como observado no texto acima e materializado nos relatos das trabalhadoras. O fluxo migratório para fins de trabalho, evidencia a mercantilização da vida, e a não possibilidade de condições mínimas para reprodução social, à medida que as barreiras linguísticas, raciais, de gênero e territoriais criam mecanismos de barragem e exclusão da população migrante, que como relato em um dos encontros “tem seus sonhos frustrados” a medida que quaisquer possibilidade de vida digna lhe são negadas tendo como principal viés a negação do trabalho.

## **Segundo encontro do Projeto de Intervenção**

O segundo encontro do Projeto de Intervenção ocorreu no dia 31 de maio de 2023 às 9h30min com aproximadamente 2 horas de duração, inclusas, na organização do espaço e das atividades em si. Neste espaço, estiveram presentes 5 das participantes do primeiro encontro, contamos com a mesma equipe de organização e não tivemos a presença das profissionais do CRAS Zanellato. Neste segundo momento, o objetivo era centralizar a conversa no debate do Mercado de Trabalho, pensando o caminho que foi feito pelas participantes, as ausências e potências construídas nesse processo, e a importância do mesmo para cada uma delas.

Para realização dessas provações, a proposta foi utilizar uma metodologia mais participativa, com intermediações de vídeos sobre migração e trabalho e outras reflexões que subsidiaram o nosso debate. Desta forma, o encontro foi dividido em 3 momentos:

- 1) Rodada de conversa inicial, retomando os principais debates do último encontro e objetivo geral do projeto.
- 2) Apresentação de dois vídeos sobre o debate da migração e trabalho. Enquanto assistiam disponibilizamos papel e caneta para que as participantes pudessem anotar questões que considerassem relevantes nos vídeos. Após assistir o vídeo abrimos um segundo momento de partilha sobre as considerações das mulheres sobre os vídeos assistidos e formas de problematizar
- 3) Elaboração de um varal destacando as palavras que as mulheres acreditam que fizeram/fazem parte de seus itinerários dentro do mercado de trabalho, as sugestões de palavras foram retiradas da relatoria do primeiro encontro com base no que Família, redes de apoio, frustração profissional, falta de oportunidades, expectativas, informações, salários adequados, preconceitos, racismo, xenofobia, capacitação, religiosidade, além de outras folhas em branco para que as participantes pudessem acrescentar o que faltava. Ao final da elaboração do varal com as palavras, compartilhamos sobre esse trajeto e

como aquelas palavras faziam parte do caminho. Na sequência, alguns registros dessas atividades:

### Figuras 4, 5 e 6 – Registros do Segundo Encontro





Fonte: Arquivo pessoal da autora.

### *Sistematização dos relatos do segundo encontro*

*Mediação: Abertura do espaço, fala inicial de acolhimento e explicação do encontro - exibição do vídeo. Na sequência, pergunta se alguém gostaria de começar com algum comentário.*

*Oxum conta que foi muito difícil ficar no abrigo, relata que ficou 3 anos, no mesmo abrigo que aparece no vídeo, quando esteve lá, recebeu apoio, porém **não encontrava quem poderia cuidar de seus filhos enquanto procurava trabalho.***

*Mediação: Pergunto como foi para chegar até o abrigo.*

*Oxum responde que morou quase 2 meses com o filho na rua, na rodoviária, e depois uma pessoa a encontrou e falou desse local que fornecia acolhimento.*

*Iemanjá conta que tem uma amiga que ficava num abrigo, que era bem difícil, tem de ir de madrugada para usar o banheiro, horário para tomar banho, escovar os dentes, comer, **precisam de currículo, aqui no Brasil se não tem experiência de emprego ou indicação não contratam.** Foi numa loja, perguntaram logo se tem experiência e por não ter já falou para ir embora. Outro dia uma amiga estava com gripe, perguntaram da onde era, mentiu dizendo que era do Uruguai (era da Venezuela), e*

*pode ter até experiência no país de origem, mas não conta, pois a experiência que obteve na Venezuela não é “levado a sério” no Brasil.*

*Mediação: Como é a relação de vocês com a questão do trabalho doméstico remunerado, e faxina, trabalhos de babás?*

*Comentário geral: Relatam que é muito difícil pois precisa sempre de recomendação.*

***Oyá: Relata que trabalhou em algumas casas com limpeza e cuidando de crianças. Um dia lhe ofereceram uma oportunidade de trabalho na palhoça, por indicação, seria para trabalhar ficando numa casa, mas teria muitas dificuldades na articulação da rotina, não tinha passagem, pagavam muito pouco, teria que ficar muitas horas lá.***

***Obá nos conta que já trabalhou em uma casa de construção, também por indicação, recebia 50 reais para trabalhar o dia todo, sem passagem, e sem acréscimo para comida.***

***Nanã também relata que trabalhou por recomendação, de quem já esteve trabalhando por um tempo. Mas queria pagar 60 reais a diária para trabalhar durante o dia todo fazendo tudo dentro da casa, lavando, passando e cozinhando.***

*Obá contou que trabalhou no Beira Mar, mas também tinha que priorizar o tratamento da doença de câncer de mama, além disso, tem dificuldades com mobilidades no braço, conseguiu algo para trabalhar aos finais de semana. Trabalhou na cozinha num domingo, lavando louça, ficou 3 dias mal depois. Atualmente não consegue fazer muitas atividades. Passou por essa situação de exploração também, pagaram 80 reais na diária durante a semana, final de semana 100, das 9 até as 17h no trabalho. Chegou 9h, a chefe falou que teria de chegar antes das 8h, mandou ela pro buffet, queimou o braço, a chefe reclamou inclusive de quem tava ajudando com carona. - Se sentiu desamparada.*

*Mediação - Pergunto se acham que essas dificuldades tem a ver com o país de origem ou se também é a mesma coisa para brasileiros.*

*Resposta geral: todas respondem que é pelo país, que as pessoas tendem a não ser muito gentil se você é imigrante.*

*Oyá: as pessoas me chamam de venezuelana (de um jeito ruim)*

*Nanã conta que antes de vir para cá, foi para Biguaçu, para procurar emprego, lá lhe perguntaram com o que já trabalhou, se gosta de cozinhar. Não tem nenhuma venezuelana no local, perguntaram onde ela morava, quando contou, disseram que era muito longe. **Ela respondeu que para quem quer trabalhar não é longe, pediram para mandar o currículo. Nunca responderam! Não queriam pagar o ônibus.***

*Oyá contou que foi recomendada em um restaurante, mas não pode por conta das dificuldades com o braço, não consegue mais trabalhar na cozinha, como garçom. No final de semana tem só três ônibus. Foi até biguaçu, mercocentro antigo, na frente da praça, fez entrevista, falaram que iam ligar ... está esperando até agora. Contou de um grupo do wpp que falaram que tem muito serviço, mas precisa ter indicação. Grupo do ciclo de hospitalidades. **Mesmo com ajuda, não conseguiu emprego.***

*Oxum relatou que sua filha levou o currículo e foi negado, mesmo tendo a plaquinha lá de que estavam contratando. Conseguiu vaga de jovem aprendiz, mas teve vários entraves, mesmo com recomendação. Era para ela trocar de função quando completar 18, mas não trocaram.*

*Oyá trabalhou por indicação de uma brasileira, está trabalhando atualmente em recebimento, contou que o Mercado livre também tem muita vaga, mas pra imigrante, só por indicação. Ressalta a questão das dificuldades com os horários por conta dos filhos e diz que lá tem muitos venezuelanos trabalhando no mercado livre*

*Nanã contou que o marido está em tratamento com medula óssea, quimio, levou atestado para a empresa, pois precisa cuidar dele, ficaram muito bravos. Contou que*

*tem muitas dificuldades da empresa aceitar, mesmo com atestado, de que ele não pode ficar sozinho. Não sabe ainda se ele tem algum direito.*

*Mediação - retomo destacando como a demanda exaustiva de trabalho em casa e fora, baixos salários e nacionalidade, são determinantes em como essas relações se estabelecem. Pergunta se acreditam que ser mulher também é uma dificuldade, ou se com os homens migrante se estabelece do mesmo jeito.*

*Primeiramente, a resposta geral é que são as mesmas dificuldades, por exemplo os homens também precisam de indicação para trabalhar.*

*Mediação: Retomo a mediação perguntando sobre as relações familiares: Quem cuida dos filhos? Limpa a casa? Faz comida? Leva as crianças à escola? Cuida dos idosos e adoecidos da família?*

*Rapidamente todas respondem (ao mesmo tempo, algumas rindo outras em tom de indicação) concordam que ficam com mais responsabilidades dentro das casas, precisam acompanhar nos médicos, nas consultas, fazer comida e ainda trabalham fora.*

*Nanã conta rindo que o homem vai trabalhar, quando a roupa está lavada, casa organizada. Ela tem de trabalhar, levar na escola, buscar as crianças, cozinhar, fazer faxina e se perguntou? em qual horário vou sair pra conseguir um trabalho melhor? Reclama da distância dos lugares e dificuldades com horários de ônibus.*

*Iemanjá fala das dificuldades de conseguir local mais perto da escola para morar, local com postinho*

*Oxum diz que a escola do filho é perto, marido ajuda bastante, não tem emprego fixo, então também se revezam, mas quando ele não está em casa ela precisa fazer tudo.*

*Mediação: Localizo as dimensões da divisão sexual do trabalho, falo sobre sobre como o trabalho doméstico recai normalmente para mulheres, e que esse tempo não é contado pela sociedade como trabalho.*

*Nanã contou (bem triste) que acordava cedo, deixa filho pronto, a casa limpa, janta. Semana passada a moça que estava cuidando do filho não foi buscar, e ela tava trabalhando, perguntou sobre, a moça disse que esqueceu. Pediu no trabalho para sair mais cedo, o chefe reclamou, ela disse “O que podia fazer? Deixar a criança sozinha na escola?”. Chega tarde da noite, difícil conseguir gente para cuidar, pediu para chegar mais cedo no trabalho e sair mais cedo, também não deixaram está com esse problema.*

*Medicação - retomo pontuando como o trabalho é central na forma como se estabelecem as relações e implica em muitas coisas para além da renda.*

*As mulheres contaram que o turno da noite é o que mais se adequa a elas.*

*Obá contou que por ter algumas faltas no trabalho, descontaram quase 400 reais, mesmo com atestado, tentou falar sobre, ir atrás, mas ficou com medo de ser demitida. Obá também fala de cursos profissionalizantes que fez e que também aparecem no vídeo. Gostaria de propor oficinas sobre sabão, bolos, velas etc.*

### ***Início da dinâmica***

*Mediação: Explicação da dinâmica, cujo objetivo era a construção de um varal com as palavras que fizeram ou ainda fazem parte dos itinerários do trabalho das mulheres, construindo de maneira simbólica, os caminhos e os elementos que estiveram presentes na trajetória de cada uma. A atividade foi construída com palavras que apareceram nos momentos de conversas com as participantes, levei as palavras recortadas e também papel em branco para que elas pudessem adicionar o que mais considerassem necessário.*

*Iemanjá pegou a palavra Família e disse que seus filhos são parte fundamental para a família. Um emprego que não permita cuidar dos filhos, não é uma opção considerável.*



*Oxum pegou a folha escrita falta de oportunidade. Reforçou que mesmo estando disponível, capacitada e procurando por emprego, as oportunidades não chegam.*

*Nanã acrescentou no varal rede de suporte, compartilhou que é muito difícil conquistar coisas, quando não se tem uma rede de ajuda.*

*Obá destacou a dificuldade com o idioma, disse que é muito difícil chegar num país sem entender o idioma, gera diversas dificuldades para trabalhar, para conversar, convívio social.*

*Oyá destacou a frustração: Estudou muitos anos em seu país de origem, é uma profissional de muitos anos de experiência, foi diretora de empresa, e aqui não consegue trabalhar.*

*Nanã também localizou o racismo por conta da cor da pele, por ser Venezuelana, percebe não ser aceita.*

*Iemanjá destacou a falta de Rede de ajuda: Não possui muitas redes, os locais não ajudam/contribuem, dificuldades postas pela empresa, precisa conciliar as situações.*

*Obá também acrescentou salários adequados, afirmou que o salário que oferecem às mulheres migrantes é indigno.*

*Nesse mesmo sentido colocado por Obá, Nanã destacou os baixos salários, pois precisam pagar diversas despesas e não sobra, por ser imigrante e terem necessidades, são obrigados a esses salários baixos. Trabalhos muito exaustivos junto disso, levantar caixas, produzir, puxar as roupas sempre as atividades mais pesadas e que pagam menos.*

*Oxum também destacou a Capacitação dizendo que precisa de certificados brasileiros, os cubanos aqui não servem.*

*Obá também acrescentou a palavra expectativas, chegam com a esperança e os sonhos de uma vida melhor, mas só encontram barreiras e dificuldades.*

*Obá e Iemanjá destacaram a palavra Informação, nem tudo é acessível, e pela dificuldade do idioma, fica ainda mais difícil. “Para cada entrevista que vai, gasta dinheiro também. Um dinheiro que não volta”*

*Oyá fala que tem currículo, mas não sabe se está fazendo sentido para o país.*

*Mediação - Após a finalização da atividade, o varal estava composto por diversas palavras que contam uma história que por mais que no cotidiano de cada uma apareça totalmente individual, ao longo dos encontros desvelam o caráter coletivo das experiências, dos anseios e até mesmo frustrações. Pensar os itinerários do trabalho de cada uma das participantes, é escancarar a realidade de um sistema que exclui, segrega e diferencia os trabalhadores e trabalhadoras, seja pelo gênero, pela raça, sexualidade, nacionalidade e tudo mais que for possível. Por mais que pareça que a “culpa” por essa não inserção é a falta de oportunidades, talvez a forma como o sistema é pensado, é justamente para nos induzir à culpabilização e responsabilização pelos próprios danos do capitalismo. É lógico, que isso é uma longa reflexão e que eu estou bem no começo desta apreensão. No entanto, este espaço coletivo, de escuta e socialização de experiências tem me possibilitado muitos elementos concretos para continuar meus estudos e também pensar uma atuação profissional que minimamente possibilite uma intervenção mais crítica, com base no real. Pretendo seguir os estudos sobre migração, gênero e trabalho e com certeza as discussões desse grupo serão importantes fomentadores das minhas próximas atuações. No último encontro encerraremos nosso grupo trazendo a perspectiva de direitos, para que possamos também dar uma devolutiva sobre algumas das dúvidas trabalhistas, previdenciárias e demais questões que aparecerem. Muito obrigada pela presença de todas.*

Como relatado, o segundo encontro do Projeto de Intervenção, deu centralidade ao debate dos itinerários da inserção profissional das mulheres, numa perspectiva mais ampla, olhando atentamente para além do “emprego”, mas se propondo a pensar de maneira mais ampla as dimensões do trabalho. Diante das contribuições das participantes, pude perceber o quanto o trabalho é central para as relações que elas estabelecem muito além das condições materiais. Além disso, é

possível retomar discussão sobre migração, gênero e feminização global da pobreza, de maneira que em várias falas a mobilidade foi localizada enquanto uma necessidade laboral, para “melhores condições de vida”, em decorrência da extrema pobreza.

No primeiro momento do encontro, utilizei como mediação para o debate um vídeo produzido pela Organização Internacional para as Migrações - OIM, que relatava a chegada de mulheres migrantes ao Brasil, instalações de acolhimento, principais desafios e possibilidades. A partir deste recurso visual, norteamos a conversa e, destaquei na fala das participantes algumas considerações sobre suas percepções sobre o trabalho. A xenofobia, enquanto ódio ao que é considerado “de fora”, permeia as relações trabalhistas e dificulta os vínculos de confiança. As participantes contaram sobre a necessidade de “indicação” para acesso às vagas de emprego, evidenciando as formas veladas de desconfiança sobre a capacidade das mesmas em realizar determinadas tarefas, e/ou estar em determinados espaços por serem migrantes. Quando as relações não se configuram desse jeito, o que se estabelece são salários inferiores também pela condição de serem de outras nacionalidades.

Neste momento de conversa, também pude localizar a inserção das participantes no trabalho doméstico remunerado, como uma das poucas alternativas encontradas por elas como fonte de renda. Ainda assim, a forma como esses vínculos empregatícios se estabelecem, também escancaram a realidade de violação de direitos, algo que está intrinsecamente associado à natureza desse trabalho, que tem um histórico de subalternização social, tanto por ser majoritariamente relegado às mulheres pobres e racializadas, como também pela lógica patriarcal e sexista, que configura a divisão social e sexual do trabalho direcionado todas as tarefas de cuidados às mulheres, e por consequência, pagando menos por isso. As migrantes, também se inserem nessa lógica precarizada de trabalho, tendo inclusive, direitos básicos negados como fica evidente nas seguintes falas:

***Um dia me ofereceram uma oportunidade de trabalho na palhoça, por indicação, seria para trabalhar ficando numa casa, mas teria muitas dificuldades na articulação da rotina, não tinha passagem, pagavam muito pouco, teria que ficar muitas horas lá.***

***queriam pagar 60 reais a diária para trabalhar durante o dia todo fazendo tudo dentro da casa, lavando, passando e cozinhando.***

Os relatos acima evidenciam jornadas exaustivas de trabalho e remunerações muito inferiores ao que costumam ser pagas. Cabe destacar, que o Brasil reconheceu os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas equiparando o acesso à direitos das demais categorias de trabalho, por meio da PEC das domésticas. Ainda assim, para as mulheres migrantes a informalidade é ainda mais latente, pois a regulamentação documental é um processo lento e caro. Logo, a ausência de documentação também é um recurso que dificulta o acesso ao “mercado formal de trabalho”.

Na continuidade do encontro, a segunda dinâmica realizada, também demonstrou como a mobilidade feminina é atravessada pela precarização da força de trabalho, e como os países da América Latina, têm organizado seus fluxos migratórios como fim laboral, escancarando como o capitalismo (des)organiza a vida das pessoas. Nos itinerários dos trabalhos construídos por essas mulheres, muitas são as frustrações e lacunas percebidas pelo que elas nomeiam como falta de oportunidades, rede, compreensão de idiomas e etc. Ainda assim, essa grande parcela de mão de obra disponível que se movimenta pelo Sul global à procura de condições dignas de vida, e se frustra com os não acessos e inserções, remonta a história da apropriação capitalista da força de trabalho e a distribuição desigual das riquezas socialmente produzidas.